



Plano Estratégico 2025
para o Desenvolvimento
do Sector Financeiro ↓
2035

RUMO A UM ECOSISTEMA
FINANCEIRO INCLUSIVO E MODERNO:

**Moldando o Futuro
das Finanças**

Introdução

Índice	4
Prefácio do Primeiro-Ministro	6
Mensagem do Governador	8
Sumário Executivo	10



Índice

INTRODUÇÃO

Prefácio do Primeiro-Ministro	2
Mensagem do Governador	6
Sumário Executivo	8
	10

NAVEGAR PELO PROGRESSO: LIÇÕES DA ÚLTIMA DÉCADA

Contexto económico	18
Sistema financeiro – _visão geral	20
Sistema de pagamentos de Timor-Leste	24
Inclusão e literacia financeiras	27
	31

UM MODELO PARA A PRÓXIMA DÉCADA

Pilar Estratégico 1:

Viabilizar o Financiamento para o Desenvolvimento	36
Fundos especializados para apoiar o desenvolvimento	38
Garantias de Créditos para MPME	41
Financiamento para desenvolvimento habitacional	45
Transformar o crescimento do sector financeiro por meio de parcerias estratégicas e investimento internacional	47
Reforma de empréstimos garantidos	49
Registos empresariais e contabilidade financeira	50
Atualização do registo de crédito	52
	54

Pilar Estratégico 2:

Promover um Sistema Moderno de Pagamentos	56
Promover um sistema de pagamentos instantâneos	57
Desenvolver uma infraestrutura digital compartilhada	58
Apoio à inovação em fintechs	59
Implementação do eCentavos	60
Fortalecimento da cibersegurança	61
Melhoria do acesso à banda larga e internet móvel	62

Pilar Estratégico 3:

Alargar o acesso aos serviços financeiros	64
Microfinanças e apoio às MPME	65
Produtos financeiros inovadores para empoderamento rural	66
Programas de literacia financeira	67

Pilar Estratégico 4:

Modernização do Sector Financeiro	70
Modernização do quadro legal para o sector financeiro	71
Desenvolvimento do mercado financeiro	75

DO PLANO À REALIDADE:

ENQUADRAR A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	80
Coordenação da implementação	82
Prioritisation and monitoring of implementation Priorização e monitoramento da implementação	83
Capacity and capability development Desenvolvimento de capacidades e competências	83

REFERÊNCIAS

Acrónimos e abreviaturas	85
Lista das Instituições Financeiras Licenciadas pelo BCTL	85
	86



Prefácio do Primeiro-Ministro

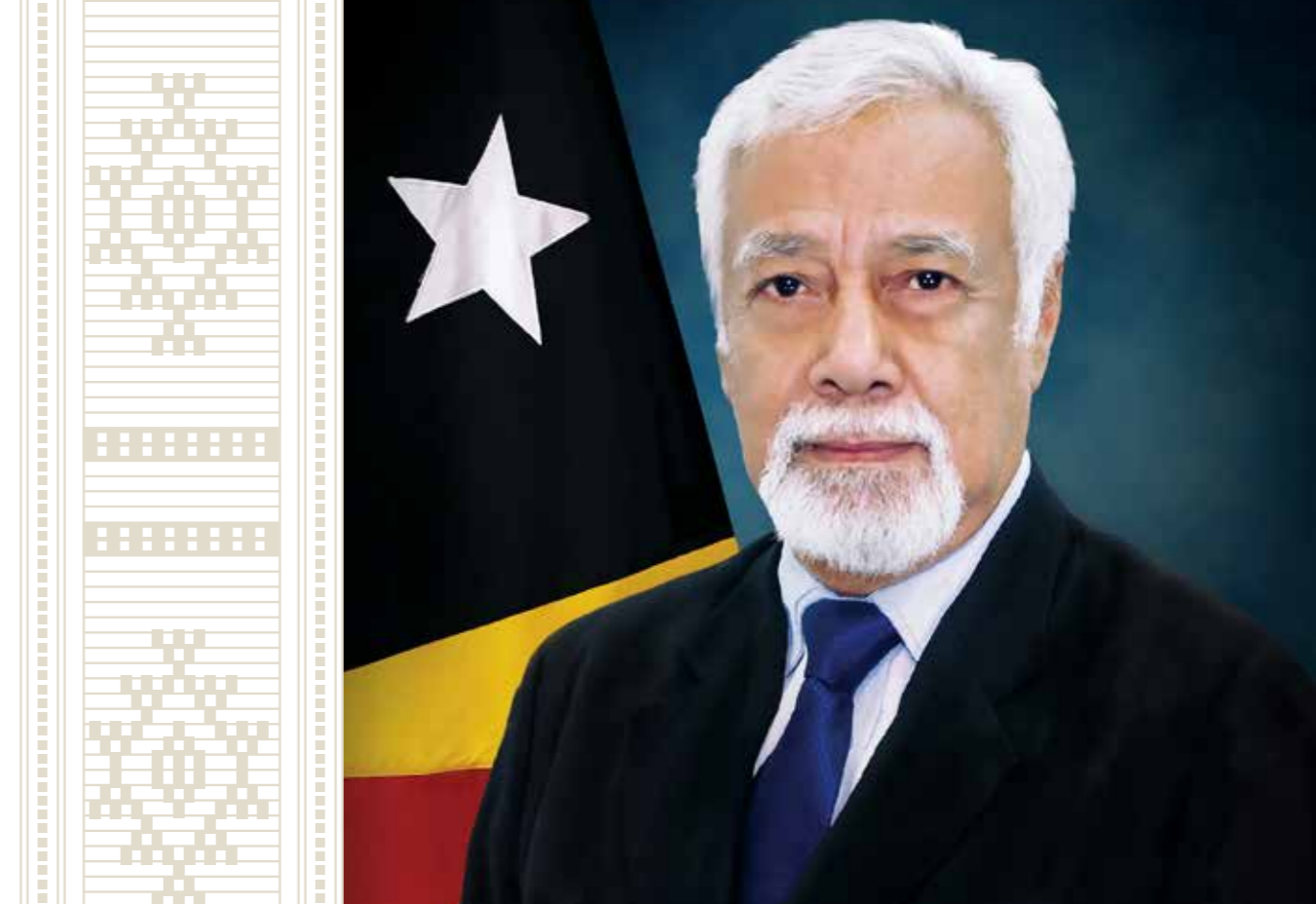
É com grande orgulho e expectativa que apresento o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Financeiro da nossa nação. Este documento é mais do que um plano, é um testemunho do nosso compromisso inabalável com a diversificação económica sustentável, com o desenvolvimento moderno e inclusivo, e com o fortalecimento do nosso sector privado como espinha dorsal da nossa economia.

A nossa visão para o futuro é clara: uma economia resiliente que prospera com base na diversidade, inclusão e sustentabilidade. O plano estratégico descreve os caminhos para alcançar essa visão, estabelecendo o cenário para avanços significativos na criação de emprego e na redução da pobreza. Esses objetivos não são apenas imperativos económicos, são imperativos morais que sublinham a nossa dedicação em melhorar a qualidade de vida de todos os nossos cidadãos.

No centro da nossa estratégia encontra-se o desenvolvimento de um sector financeiro robusto, que sirva como um catalisador para o crescimento. Reconhecemos que um sistema financeiro moderno é essencial para mobilizar recursos, fomentar a inovação e impulsionar a produtividade em todos os sectores. Ao melhorar a eficiência, acessibilidade e estabilidade dos nossos mercados financeiros, estamos a lançar as bases para uma economia mais dinâmica e inclusiva.

A abordagem para a diversificação económica é holística e visionária. Estamos comprometidos em aproveitar os nossos recursos naturais de forma sustentável, ao mesmo tempo em que expandimos para sectores novos e emergentes. Isso exige o desenvolvimento de um ambiente onde as empresas possam prosperar, inovar e competir a nível global. O sector privado terá um papel crucial nesta transformação. Estamos dedicados a criar um ambiente favorável aos negócios que estimule investimentos, promova o empreendedorismo e apoie as pequenas e médias empresas.

A inclusão está no centro da nossa agenda de desenvolvimento. Entendemos que o crescimento económico necessita ser compartilhado para ter significado. Este plano estratégico dá prioridade à inclusão financeira, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços financeiros de que precisam para participar plenamente na economia. Isso inclui medidas específicas para apoiar comunidades carentes, reduzir a desigualdade de rendimentos e promover um crescimento equitativo.



A criação de emprego é um pilar fundamental da nossa estratégia. Ao estimular atividades económicas diversas e apoiar o sector privado, temos como objetivo criar uma grande quantidade de oportunidades de emprego em todo o país. Isso não só reduzirá a pobreza, mas também fortalecerá a estabilidade social e promoverá um sentido de propósito e dignidade entre o nosso povo.

O caminho à nossa frente é um desafio, mas a nossa determinação é forte. O sucesso deste plano estratégico dependerá dos esforços colaborativos de todas as partes interessadas, incluindo departamentos governamentais, instituições financeiras, empresas privadas, sociedade civil e parceiros internacionais. Juntos, podemos construir um Timor-Leste resiliente e próspero, onde cada cidadão tenha a oportunidade de prosperar.

Estendo a minha mais profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento deste plano estratégico. A sua dedicação e conhecimentos são inestimáveis à medida que embarcamos nesta jornada transformadora.

Avancemos com confiança e determinação, unidos na nossa visão e firmes no nosso compromisso para com um futuro mais brilhante e próspero para todos.

Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Mensagem do Governador

No Banco Central de Timor-Leste estamos firmes no nosso compromisso de fazer avançar o sector financeiro de Timor-Leste, conforme delineado no nosso recentemente revisto Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Financeiro 2025-2035.

O Plano Estratégico encontra-se estruturado em quatro pilares:



1

2

3

4

1. Facilitar o Financiamento para o Desenvolvimento

2. Promover um Sector de Pagamentos Moderno

3. Alargar o Acesso aos Serviços Financeiros

4. Modernização do Sector Financeiro

Ao longo da última década fizemos progressos significativos, particularmente na modernização dos nossos sistemas de pagamento e na ampliação do acesso aos serviços financeiros. Hoje, uma parcela crescente dos pagamentos é processada digitalmente diretamente entre contas bancárias, e cada vez mais através de serviços de carteiras móveis oferecidos por empresas fintech. Embora o uso de numerário ainda seja predominante, a infraestrutura para opções de pagamento mais avançadas e convenientes está bem estabelecida. Antecipamos um aumento na adoção de pagamentos eletrónicos à medida que os seus benefícios se tornem mais evidentes.

Os nossos esforços também expandiram os serviços financeiros para populações anteriormente excluídas. De acordo com o Relatório de Inclusão Financeira de 2022 do BCTL, 64% dos adultos em Timor-Leste possuem atualmente uma conta bancária, um aumento em relação aos 57% em 2018, com um aumento notável no uso de serviços de carteiras eletrónicas fornecidos por empresas fintech. O volume de transações através desses serviços quase quadruplicou desde 2020, superando aquelas dentro do sistema bancário tradicional. Olhando para o futuro, o nosso foco será o de implementar sistemas de pagamento contínuos e em tempo real, incluindo a introdução de um eCentavos.

No entanto, ainda existem desafios no financiamento para o desenvolvimento sob o primeiro pilar. Uma parte significativa das economias de Timor-Leste continua a ser investida no exterior devido à insuficiência de canais de investimento locais desenvolvidos. Os atuais quadros legais e institucionais também dificultam o crédito suficiente para as necessidades empresariais e habitacionais, com a maioria dos empréstimos bancários predominantemente financiando bens de consumo. Além disso, há uma falta de canais no mercado de capitais para financiar investimentos empresariais de maior risco e infraestrutura pública.

Uma prioridade fundamental, para a próxima década, é aprimorar as bases que permitam que mais poupança interna seja investida em negócios do sector privado local e habitação. Uma ênfase especial será dada ao desenvolvimento do sector das micro, pequenas e médias empresas (MPME) de Timor-Leste, uma fonte crítica de emprego e potencial crescimento.

Para facilitar a contribuição do sector financeiro para o desenvolvimento nacional, a redução da pobreza e a criação de empregos, é crucial alcançar um progresso integrado em várias áreas de política. Essas áreas incluem quadros legais para o financiamento, sistemas de telecomunicações e internet adequados a sistemas financeiros modernos, e capacitação nas aptidões e conhecimentos necessários, tanto para os prestadores como para os utilizadores de serviços financeiros. Embora essas áreas de política caiam, na sua maioria, fora das responsabilidades diretas do BCTL, estamos bem posicionados para desempenhar um papel de coordenação entre as agências relevantes, alinhando-nos ao nosso mandato de ser tanto independente quanto uma parte integrante dos esforços do governo para fortalecer a economia nacional.

Ao cumprir este papel, o BCTL enfrenta novos reptos e desafios, e, sob o Plano Estratégico, estamos comprometidos em melhorar as nossas capacidades. Isso será alcançado por meio de experiência prática, colaboração regional—particularmente com os países da ASEAN—formação de pessoal e outras iniciativas de desenvolvimento de capacidades.

O BCTL espera trabalhar com todas as partes interessadas no sector financeiro de Timor-Leste, com os demais ministérios e agências do governo, e com os parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste para implementar este Plano Estratégico na próxima década.

Hélder Lopes
Governador



Sumário Executivo

O sector financeiro de Timor-Leste tem experimentado um crescimento notável sob o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Sector Financeiro 2014-2025, particularmente ao nível da evolução do sistema de pagamentos. Embora as transações em numerário ainda dominem, os primeiros indícios de uma mudança em direção aos pagamentos digitais estão em andamento. Espera-se que essa mudança avance ainda mais sob o Plano Estratégico 2025-2035, impulsionada pelo rápido avanço no desenvolvimento tecnológico. Essa mudança deve facilitar significativamente o comércio, permitindo pagamentos à distância e ajudando a integrar mais negócios e famílias na economia formal.

O panorama financeiro em Timor-Leste também se expandiu, abrangendo atualmente cinco bancos, duas Outras Instituições Recetoras de Depósito, duas companhias de seguros gerais e uma companhia de seguros de vida, juntamente com numerosos operadores de serviços de transferência de fundos. Apesar desta expansão, o desafio de canalizar efetivamente as poupanças locais para investimento em Timor-Leste permanece.

Também existem desafios e oportunidades demográficas, com mais de 65% da população com menos de 30 anos. Essa demografia jovem impulsionará a procura por novos produtos e serviços financeiros, ao mesmo tempo que apresenta desafios relacionados com o emprego e a educação. O novo Plano Estratégico visa melhorar o papel do sector financeiro no financiamento de empresas, especialmente MPME e aquelas em áreas rurais, incluindo um foco particular em negócios detidos por mulheres, além de sectores vitais como a habitação e desenvolvimento de atividades económicas produtivas. Alcançar este objetivo exigirá parcerias robustas entre múltiplos parceiros, incluindo o governo, o BCTL, instituições financeiras, empresas, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento.




Dada a dependência histórica das receitas do petróleo, nomeadamente do agora esgotado campo de Bayu Undan, e as perspectivas incertas para o campo de Greater Sunrise, juntamente com projeções de que o Fundo Petrolífero será esgotado até 2035, Timor-Leste enfrenta uma necessidade decisiva de diversificar a sua economia. Esses fatores, sem dúvida, também terão impacto no futuro do sector financeiro, exigindo uma mudança em direção a práticas financeiras sustentáveis. O sector financeiro é identificado como um motor-chave para um desenvolvimento económico mais amplo e diversificado, o que é essencial para melhorar os padrões de qualidade de vida, reduzir a pobreza e fornecer oportunidades de emprego para a crescente força de trabalho jovem do país. Isso exigirá adaptação e inovação para enfrentar os desafios e oportunidades emergentes.

O Plano Estratégico 2025-2035 para a próxima década é composto por quatro pilares.











O **Pilar Estratégico 1** foca-se em possibilitar um maior financiamento para o desenvolvimento. Vários programas específicos são projetados para contribuir, juntamente com o sector financeiro, na aceleração do desenvolvimento económico. Alguns dos programas têm um carácter facilitador, como a implementação das estruturas necessárias para empréstimos garantidos e o apoio ao desenvolvimento da contabilidade e do registo comercial. Outros incluem um papel mais direto para o governo e outras partes relacionadas, como a participação em estruturas de cofinanciamento.



ACÇÕES-CHAVE

-  Criar três fundos especializados para capacitar produtores agrícolas informais e microempresas, atendendo às suas necessidades financeiras e técnicas, promovendo e transformando negócios de pequeno retalho em centros bancários, e apoiando a capacitação para agricultores e gestão empresarial.
-  Introduzir um esquema de garantia de crédito revisto para o sector das MPM, a fim de incentivar uma participação mais ampla das instituições financeiras e tornar o crédito mais acessível para os empreendedores, especialmente para negócios detidos por mulheres, abordando os seus desafios únicos.
-  Desenvolver produtos de hipoteca juntamente com quadros legais e regulatórios melhorados para facilitar o financiamento habitacional. Criar as condições necessárias para apoiar.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS

-  Formalizar 50% das empresas informais identificadas em 5 anos, incluindo 50% de empresas detidas por mulheres.
-  Expandir o acesso ao mercado para 50% dos produtores agrícolas e outras microempresas, garantido que metade sejam mulheres.
-  Formar 10000 agricultores e pequenos empresários em 10 anos, dos quais pelo menos 50% sejam mulheres.
-  Estabelecer 1000 negócios de pequeno retalho como agentes de serviços financeiros em 5 anos, garantido que uma percentagem significativa sejam detidos por mulheres.
-  Aumentar a inclusão financeira em áreas-alvo em 90% ao longo de 10 anos, com um foco particular nas mulheres.
-  Aumentar o fundo de garantia de crédito para \$50 milhões em 5 anos e fornecer \$70 milhões em empréstimos para MPME em dez anos.
-  Resolver questões de títulos prediais e criar um mínimo de 5000 novas unidades habitacionais por meio de financiamento hipotecário em cinco anos.


 Criar as condições necessárias para apoiar Acesso ao crédito para MPME por meio da implementação de uma reforma de empréstimos garantidos para facilitar o uso de bens móveis como garantia e a criação de práticas de registo de contabilidade e de negócios para melhorar a gestão financeira das empresas.


-  Promulgar a nova lei e concluir o desenvolvimento do registo de garantias em três anos.
-  Estabelecer o órgão profissional de contabilidade em dois anos e concluir o desenvolvimento de práticas de registo de contabilidade e empresariais em três anos.


O Pilar Estratégico 2 procura construir sobre o considerável progresso já alcançado na criação de um ambiente de pagamentos moderno. Este pilar concentra-se em avançar os diferentes elementos da infraestrutura digital central já existentes e operacionais, movendo-se na direção a pagamentos ininterruptos e em tempo real. Este pilar reconhece a contribuição significativa e o papel das fintech na “democratização” dos pagamentos digitais. A implementação do eCentavos também é importante para facilitar uma modernização rápida do sistema financeiro, aumentar a eficiência dos pagamentos e promover a inclusão financeira. Ao mesmo tempo, a transição para pagamentos e finanças digitais traz novos desafios, como a necessidade de infraestrutura moderna de banda larga e internet móvel, além da necessidade de abordar os riscos cibernéticos associados à tecnologia digital.







ACÇÕES-CHAVES


 Desenvolver a infraestrutura necessária e promover a adoção de soluções de pagamento instantâneo em todas as instituições financeiras.


 Melhorar a infraestrutura digital compartilhada por meio da atualização do sistema de pagamento de retalho P24, integrando-o no *Switch* system regional da ASEAN.


 Encorajar os bancos e as empresas de tecnologia financeira a desenvolverem *gateways* de pagamento.


PRINCIPAIS OBJETIVOS







-  Incentivar os bancos e as instituições financeiras a introduzir a plataforma de pagamento em tempo real dentro de 5 anos.
-  Alcançar 80% de adoção de pagamentos instantâneos entre empresas em 5 anos.
-  Assegurar 90% de interoperabilidade entre instituições financeiras e prestadores de serviços de pagamentos num prazo de 5 anos.
-  Atualizar o Sistema de pagamento de retalho P24 para suportar processamento em tempo real e um leque mais alargado de transações em 3 anos.

 Apoiar a inovação financeira através da alocação de financiamento inicial para soluções fintech.

 Implementar o Centavos digital (“eCentavos”) seguro e acessível, de forma a modernizar o sistema financeiro, aumentar a eficiência dos pagamentos e promover a inclusão financeira em Timor-Leste.

 Desenvolver uma estrutura robusta de cibersegurança para proteger as principais infraestrutura digitais e garantir a segurança das transações financeiras

 Expandir a cobertura de internet de alta velocidade, especialmente nas áreas menos favorecidas e rurais.

-  Integrar o Sistema P24 com o sistema *Switch* da Indonésia dentro de 1 ano.
-  Alcançar um aumento de 75% na utilização do Sistema de pagamento de retalho P24 nas atividades comerciais em 5 anos.
-  Construir um mínimo de dois centros de dados em 5 anos.
-  Alocar um mínimo de \$ 5 milhões para apoiar a inovação na indústria fintech em 10 anos.
-  Rever e desenvolver os requisitos regulamentares e simplificar o processo de licenciamento em 3 anos.
-  Estabelecer um centro de operações de cibersegurança em 5 anos, e realizar formações e campanhas anuais para os funcionários do sector financeiro e profissionais de TI.

O Pilar Estratégico 3 foca-se nas microfinanças e no apoio a micro, pequenas e médias empresas. Este pilar reconhece que o desenvolvimento empresarial das MPME depende, fundamentalmente, da combinação da provisão de financiamento com o apoio ao desenvolvimento de capacidades. Assim, as etapas identificadas sob este pilar incluem iniciativas para melhorar as capacidades dos empreendedores de Timor-Leste, com ênfase particular no apoio a mulheres empreendedoras, em linha com os objetivos mais vastos do Plano Estratégico. Esta abordagem integrada visa fornecer um suporte abrangente que promova o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis para as MPME.



AÇÕES-CHAVE

Prestar serviços financeiros orientados e apoiar as cidadãos e micro, pequenas e médias empresas através da expansão de programas de microcrédito e da oferta de programas de tutoramento e treinamento para melhorar a inclusão financeira.

Desenvolver e promover produtos financeiros inovadores, adaptados às necessidades da população sem acesso a serviços financeiros em áreas rurais, de forma a aumentar a inclusão financeira, fornecer oportunidades económicas e capacitar as comunidades rurais, oferecendo serviços financeiros acessíveis e relevantes, incluindo produtos de seguro.

Implementar um programa abrangente de literacia financeira, incluindo literacia financeira digital, para melhorar o nível geral de educação financeira e apoiar na adoção de serviços financeiros modernos, por meio da implementação desses programas em escolas e universidades.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Alocar \$5 milhões para produtos de microcrédito em 5 anos, garantindo que pelo menos 40% dos microcréditos sejam concedidos em áreas rurais.
- Reduzir o tempo de processamento de empréstimos em 50% dentro de três anos.
- Formar 1000 proprietários e funcionários de micro, pequenas e médias empresas (MPME) em 5 anos, por meio de 100 workshops e seminários ao longo do ano.
- Atingir 2000 participantes de MPME através de workshops e seminários em 5 anos.
- Implementar soluções de banco móveis e pagamentos digitais dentro de três anos.
- Desenhar e introduzir produtos de microseguros, poupança e investimento dentro de três anos.
- Introduzir a educação financeira digital no currículo escolar para todos os níveis de ensino em cinco anos.
- Matricular 2000 estudantes anualmente em programas de educação financeira digital.
- Realizar 50 workshops comunitários anualmente, alcançando, pelo menos, 500 participantes e capacitando 100 formadores locais por ano.



O Pilar Estratégico 4 concentra-se na atualização dos quadros legislativos e regulamentares para o sector bancário e financeiro em Timor-Leste. Tal abrange a finalização da atualização da Lei Bancária, iniciada em 2017, e a melhoria do quadro de supervisão bancária do BCTL com base nos padrões de Basileia. Além disso, será realizada uma avaliação de risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, conforme exigido pelos padrões internacionais. Trabalhos preliminares também serão realizados para explorar o futuro desenvolvimento de um mercado de capitais em Timor-Leste. O BCTL tomará as primeiras medidas nesse sentido, emitindo certificados do BCTL e realizando trabalhos preparatórios para permitir a emissão de títulos pelo governo.

AÇÕES-CHAVE

Rever e atualizar a Lei Bancária existente para alinhá-la ao estado atual de desenvolvimento do sector financeiro, aos padrões mais recentes de Basileia e às melhores práticas internacionais.

Desenvolver orientações detalhadas para a implementação dos requisitos de Basileia III e das normas IFRS 9, e conduzir inspeções presenciais direcionadas, de forma a garantir a conformidade dos bancos.

Conduzir uma avaliação nacional de risco de branqueamento de capitais (BC) e financiamento do terrorismo (FT), para atualizar a última avaliação de risco realizada em 2014, e identificar as vulnerabilidades no sistema financeiro de Timor-Leste.

Implementar certificados do Banco Central, elaborando orientações operacionais e aplicativos de sistema para facilitar a negociação dos títulos.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Concluir a finalização do esboço do projeto de Lei Bancária dentro de seis meses.
- Realizar sessões de consulta pública e incorporar o feedback no prazo de um ano.
- Submeter, em um ano, o esboço final do projeto de Lei Bancária ao Parlamento para aprovação.
- Garantir que todos os bancos alinhem os seus relatórios estatutários com os requisitos de Basileia III e IFRS no prazo de três anos.
- Realizar as primeiras inspeções presenciais direcionadas dentro de um ano.
- Introduzir ferramentas automatizadas de controlo dentro de três anos.
- Contratar um especialista independente em BC/FT dentro de seis meses, e concluir a avaliação nacional de risco de BC/FT e desenvolver o plano estratégico para implementar os resultados no prazo de um ano.



- 👉 Apoiar o Ministério das Finanças nos preparativos para a emissão de títulos públicos.
- 👉 Modernizar as capacidades de gestão de reservas do Banco Central, incluindo a introdução de sistemas automatizados para negociação, registo de valores mobiliários e serviços de custódia.
- 👉 Liderar os trabalhos preparativos para a possível criação de um mercado de capitais em Timor-Leste, incluindo a realização de um estudo de viabilidade.
- 🕒 Concluir o desenvolvimento do enquadramento operacional para a emissão de certificados do banco central, incluindo o desenvolvimento do sistema, e emitir certificados do primeiro lote dentro de dois anos.
- 🕒 Concluir o desenvolvimento e a aprovação do enquadramento legal e regulatório, estabelecer a infraestrutura operacional e técnica, e emitir a primeira série de títulos públicos dentro de três anos.
- 🕒 Estabelecer o Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do mercado de capitais dentro de um ano, e concluir um relatório abrangente de estudo de viabilidade dentro de três anos.

Implementação

O Plano Estratégico inclui um plano de implementação abrangente que detalha projetos e iniciativas individuais a serem sequenciados ao longo do horizonte de 2025-2035, com metas estabelecidas para cada um. Reconhecendo que vários elementos do Plano estão fora da responsabilidade direta de política e operação do BCTL, tais como os quadros legais para o uso de bens móveis e imóveis como garantia em transações de crédito, e a infraestrutura de internet e telefone móvel, que são cruciais para o sistema financeiro moderno, há uma necessidade de coordenação entre as diferentes agências e departamentos governamentais e públicos.

Além disso, a colaboração com as partes interessadas do sector financeiro, parceiros de desenvolvimento e entidades profissionais e de educação/formação é essencial. O BCTL assumirá a liderança na coordenação destes esforços para garantir uma abordagem unificada no seguimento dos objetivos do Plano.

O BCTL informará igualmente sobre o progresso do Plano Estratégico anualmente no seu relatório anual, assegurando transparência e responsabilização no processo de implementação.





Navegar pelo Progresso: Insights from the Past Decade

Contexto económico	20
Sistema Financeiro - visão geral	24
Sistema de Pagamentos de Timor-Leste	27
Literacia e Inclusão Financeiras	31



Contexto Económico

Tal como acima referido no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo de 2011-2030, Timor-Leste aspira a tornar-se um país de renda média-alta até 2030. Para alcançar este objetivo, o governo identificou algumas prioridades-chave como áreas de desenvolvimento, tais como a diversificação económica e o fortalecimento do sector privado.

A economia do país historicamente tem dependido fortemente da receita do sector de petróleo e gás, com esses recursos sendo investidos no Fundo Petrolífero. Esse fundo fornece financiamento substancial para o orçamento do governo, apoiando grande parte da atividade económica em Timor-Leste. O governo utiliza esses recursos para desenvolver infraestrutura básica, melhorar o capital humano e fortalecer a sociedade.

Atualmente, Timor-Leste enfrenta diversos desafios ao nível do desenvolvimento económico, incluindo:



a) Depauperamento dos recursos de petróleo e gás: O principal campo de gás natural do país está próximo de se esgotar, impactando significativamente as receitas de petróleo e gás. Isso cria uma necessidade urgente de transição para longe da dependência em relação a esses recursos limitados.



b) Necessidade de diversificação económica: Apesar dos esforços para diversificar a economia, Timor-Leste ainda depende fortemente das receitas do petróleo. Alcançar uma diversificação bem-sucedida é fundamental para o crescimento sustentável.



c) Necessidade de desenvolvimento do sector privado. O sector privado ainda se encontra subdesenvolvido, assim, continuar a criar um ambiente favorável que promova o crescimento do sector privado é essencial para alcançar estabilidade e crescimento económico.



d) Restrição de capacidade institucional: Existem desafios no desenvolvimento e manutenção das capacidades institucionais necessárias para governação e gestão económica eficazes.



e) Necessidade de retornos sustentáveis do Fundo Petrolífero: o Fundo Petrolífero depende atualmente do retorno de investimento para a sua sustentabilidade futura, tornando essenciais a manutenção e a melhoria do retorno dos investimentos realizados.

A atividade económica doméstica de Timor-Leste é dominada pelo governo e por um pequeno número de grandes empresas, com o governo e, em última análise, o sector petrolífero sendo a fonte de grande parte da receita que sustenta essa atividade, direta ou indiretamente. Em contraste, o nível de atividade económica e de criação de rendimento do sector de MPME é muito limitado.

A maioria da população em idade ativa de Timor-Leste está envolvida em atividades económicas de quase subsistência ou está desocupada. Nesse sentido, a economia de Timor-Leste tem um grande “meio ausente”.

No curto prazo, o rendimento do Fundo Petrolífero será fundamental para impulsionar a economia. No entanto, a eficácia deste fundo em promover o desenvolvimento económico no longo prazo dependerá de:



1. Gestão Sustentável: Garantir que o Fundo Petrolífero seja gerido de forma prudente para apoiar a estabilidade e o crescimento económico a longo prazo, em vez de apenas proporcionar benefícios de curto prazo.



2. Planeamento económico: Alinhar o uso do Fundo com o planeamento económico estratégico e os esforços de diversificação, para apoiar sectores além do petróleo e gás.



3. Envolvimento do Sector Privado: Utilizar a receita do Fundo Petrolífero para estimular e apoiar o crescimento do sector privado, o que pode impulsionar a inovação e a criação de empregos.



4. Investimento em Infraestrutura e Capital Humano: Utilizar as receitas do Fundo Petrolífero para investir em infraestrutura e educação, elementos cruciais para o desenvolvimento económico e a produtividade a longo prazo.

Abordar os desafios e aproveitar efetivamente as receitas do Fundo Petrolífero serão fundamentais para alcançar o crescimento económico sustentável e o desenvolvimento de Timor-Leste.

Timor-Leste tem um potencial significativo para um forte crescimento económico, especialmente para no que respeita à produção e fornecimento de bens e serviços dentro da economia local para consumo local.

Na maioria das economias, a maior parte da atividade económica envolve produção local de uma ampla gama de bens serviços para consumo local. No entanto, a maioria das economias também possuem áreas específicas de vantagem comparativa.

O governo identificou três sectores-chaves com potencial significativo para sustentar o desenvolvimento económico, sendo eles:



1. Agricultura – onde existe um enorme potencial para aumentar a produtividade e agregar valor, o que melhoraria a segurança alimentar e criaria empregos.



2. Turismo – Aproveitar os ativos culturais e naturais de Timor-Leste para desenvolver uma indústria de turismo sustentável que gere receitas e empregos.



3. Indústrias derivadas de petróleo e gás – desenvolver indústrias derivadas e complementares para maximizar o valor dos campos de petróleo e gás offshore (antecipados para o futuro) e criar uma base industrial.

Espera-se que estes sectores liderem o crescimento económico do país, reduzindo a dependência das receitas de petróleo e gás e conduzindo a um desenvolvimento económico sustentável global.

O desenvolvimento do sector financeiro desempenha um papel crucial no apoio ao crescimento económico liderado pelo sector privado, tornando-se um fator-chave para o desenvolvimento económico sustentável de Timor-Leste.

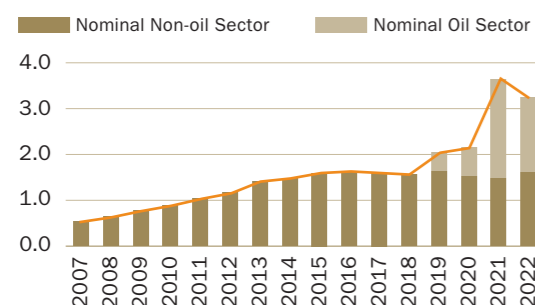
Desenvolvimentos económicos recentes

Ao analisar o desempenho da economia de Timor-Leste, os sectores petrolífero e não-petrolífero são geralmente considerados separadamente (figura 1), embora os dados do PIB petrolífero não estejam disponíveis antes de 2019. No entanto, a figura 2 mostra as receitas do governo provenientes de petróleo e gás desde 2006 e destaca a predominância do sector de petróleo e gás durante a década de 2007-2014.

O componente não petrolífero do PIB também demonstrou notável resiliência e potencial para um crescimento sustentável.

GRÁFICO 1

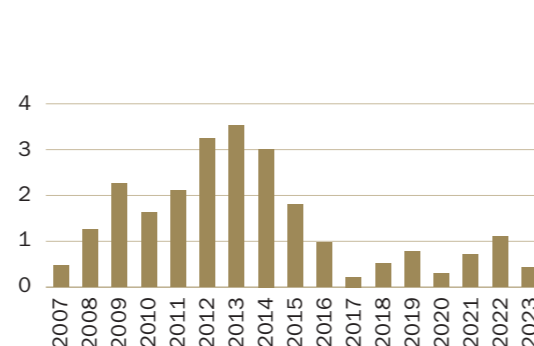
PIB Petrolífero Nominal:
Total, Petrolífero e não-petrolífero
(em bilhões de dólares norte-americanos)



Fonte: Banco Central de Timor-Leste

GRÁFICO 2

Receitas petrolíferas
(em bilhões de dólares norte-americanos)



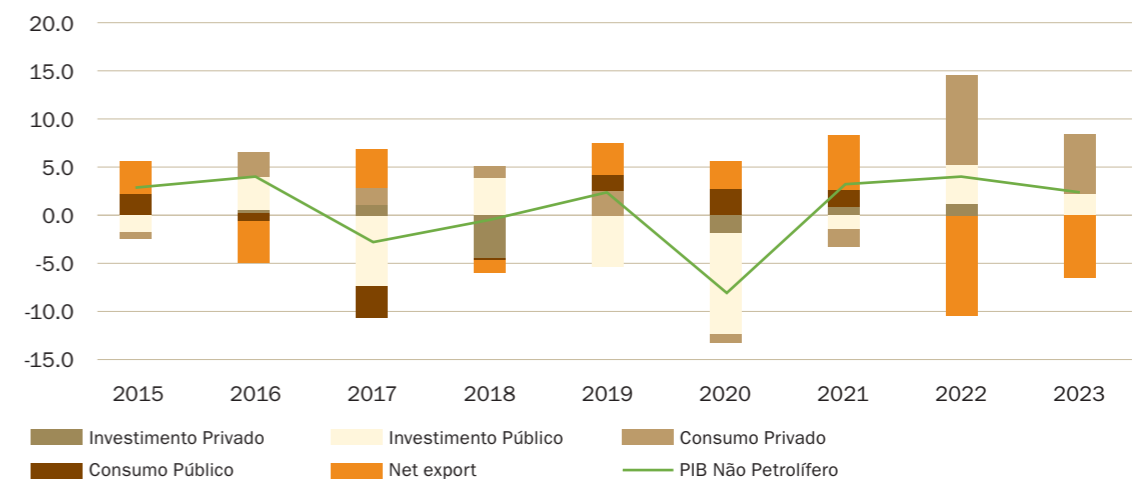
Fonte: Banco Central de Timor-Leste

A componente não-petrolífera do PIB também cresceu fortemente em 2007, 2008 e 2009, com uma taxa de expansão de dois dígitos. Esse crescimento foi impulsionado por uma substancial despesa pública destinada ao desenvolvimento de infraestruturas para apoiar a evolução de longo prazo do sector privado. No entanto, esse progresso foi contrabalançado pelo crescimento negativo em 2017, 2018 e, especialmente, em 2020, quando a economia contraiu 8,3%. Essa contração resultou de atrasos na aprovação do orçamento de estado, incerteza política e do impacto da pandemia de COVID-19, que reverteu o progresso alcançado nos anos anteriores.

Após a pandemia, o governo, em 2021, aumentou significativamente os gastos públicos, levando a uma recuperação do crescimento económico (não-petrolífero) para 2,9%. Em 2022, o PIB cresceu 4%, impulsionado principalmente por um aumento no investimento público e privado, juntamente com o aumento do consumo privado. No entanto, estima-se que o crescimento tenha desacelerado para 2,3% em 2023, principalmente devido à baixa execução orçamentária após as eleições, destacando os desafios que ainda existem para manter um crescimento consistente.

GRÁFICO 3

PIB-Contribuição para o crescimento



Fonte: Banco Central de Timor-Leste

O governo tem como meta um crescimento económico médio de 5 % ao ano nos próximos cinco anos, com o sector privado como principal motor a partir de 2030. Espera-se que o sector financeiro desempenhe um papel fundamental como facilitador desse crescimento.

À medida que Timor-Leste avança em direção à ASEAN, é provável que as oportunidades para atrair mais investimento no sector privado aumentem, promovendo o crescimento. A adesão plena à ASEAN também deverá melhorar a integração económica e financeira de Timor-Leste com os países membros da ASEAN, proporcionando uma plataforma para uma maior colaboração e comércio a nível regional.

Sistema Financeiro – uma visão geral

Sistema Bancário

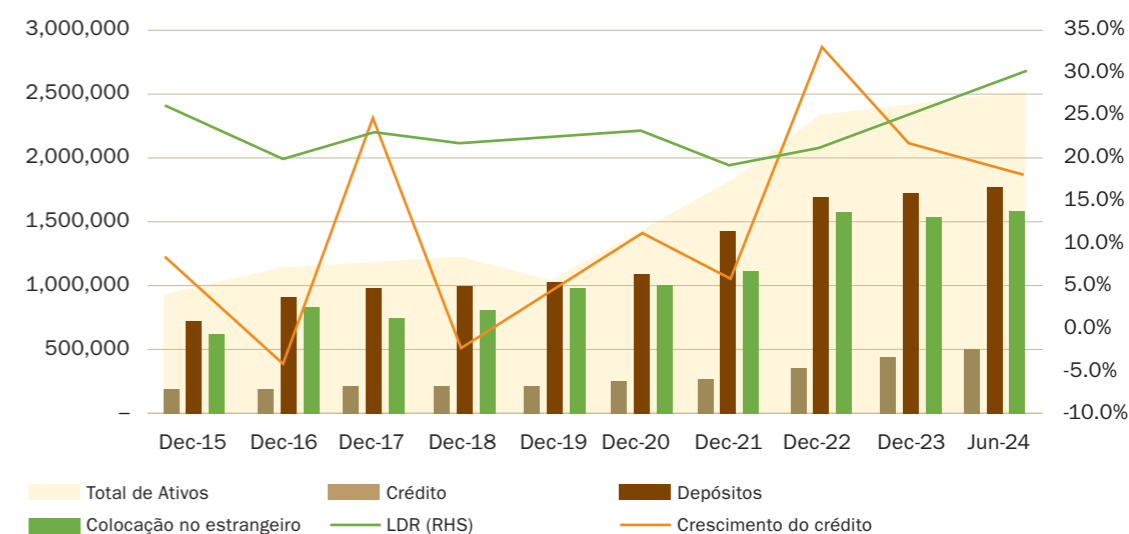
O panorama financeiro de Timor-Leste expandiu-se incluindo agora cinco bancos e duas OIRD licenciadas. Como resultado, o sector bancário experimentou um crescimento significativo na última década.

A Figura 4 mostra o desenvolvimento do sector bancário, com ativos totais crescendo substancialmente, de \$ 927,8 milhões em dezembro de 2015 para mais de \$ 2,53 mil milhões até junho de 2024. Esse crescimento nos ativos reflete a crescente acumulação de depósitos e a expansão do balanço patrimonial do sector bancário. No entanto, o crescimento da concessão de crédito não acompanhou a expansão dos ativos, representando apenas uma fração do crescimento total de ativos. A disparidade entre o crescimento dos ativos e o crédito mostra uma abordagem cautelosa e avessa ao risco por parte do sector bancário. Um constante aumento dos depósitos sem um aumento proporcional na concessão de crédito indica que os bancos estão a acumular fundos, mas hesitam em utilizá-los na economia doméstica.

Uma parte significativa dos fundos líquidos no sector bancário foi investida no exterior, em vez de serem aplicados internamente. Essa abordagem conservadora limita o potencial impacto do sector bancário no desenvolvimento da economia doméstica, uma vez que restringe a disponibilidade de crédito para as empresas e indivíduos. Os substanciais fundos colocados no exterior representam oportunidades perdidas de investimentos em sectores-chaves dentro de Timor-Leste, que poderiam estimular o crescimento e o desenvolvimento económico. Essa tendência limita a contribuição do sector bancário para a economia local, sugerindo a necessidade de intervenções políticas estratégicas para encorajar uma maior concessão de crédito em Timor-Leste. Tais políticas serão cruciais para garantir que a crescente liquidez no sector bancário se traduza em um desenvolvimento económico significativo, promovendo o crescimento em sectores-chaves da economia. Essas iniciativas serão detalhadas na próxima parte do Plano Estratégico.

GRÁFICO 4

Desenvolvimento do sector bancário



Fonte: BCTL

Mercado de crédito

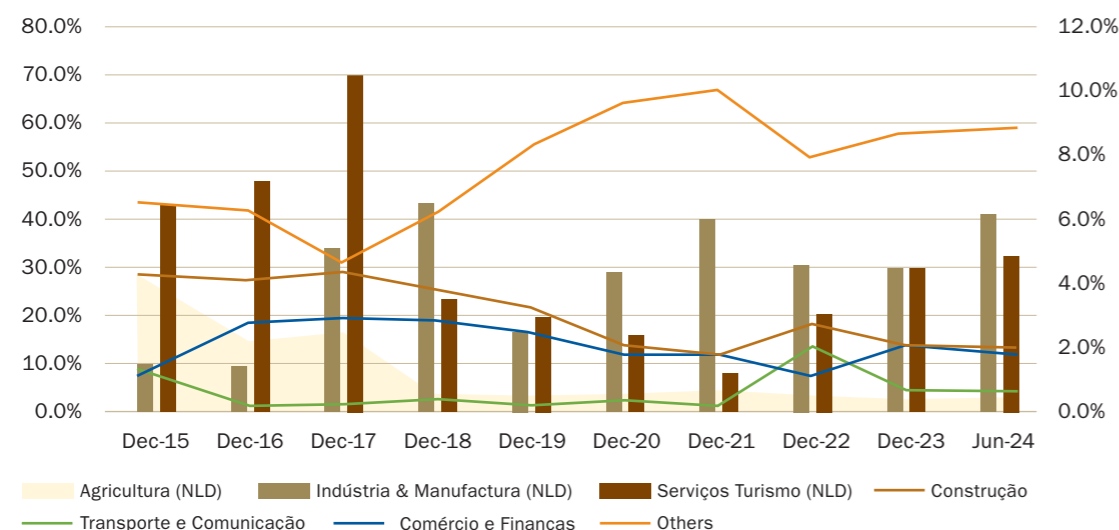
Os empréstimos a sectores produtivos em Timor-Leste permaneceram baixos, apesar do crescimento significativo do sector bancário na última década, com um notável declínio no sector agrícola, de 4,5% em dezembro de 2015 para apenas 0,4% em junho de 2024. Esse declínio é atribuído à natureza de alto risco dos investimentos agrícolas, aos desafios na avaliação de ativos agrícolas e à concorrência de produtos importados. Da mesma forma, o valor do crédito concedido ao sector de turismo e serviços flutuou, refletindo o seu risco percebido, enquanto o crédito para o sector industrial e de fabrico também foi volátil, devido a incertezas no mercado e à necessidade de investimentos substanciais em tecnologia, infraestrutura e capital humano. Em contraste, os créditos a indivíduos cresceram substancialmente, de 43,1% em dezembro de 2015 para 59,2% em junho de 2024, impulsionados pela expansão dos serviços bancários de retalho e pelo aumento da procura de crédito pessoal. Embora isso sugira maior inclusão financeira e a possível emergência de uma base de consumidores em crescimento, também levanta preocupações sobre a sustentabilidade e o potencial aumento da dívida das famílias. Os bancos devem equilibrar esse crescimento com uma gestão prudente de riscos para evitar um aumento no incumprimento.

Intervenções e políticas direcionadas, como financiamento agrícola, programas de garantia de crédito e produtos financeiros personalizados, são necessários para abordar esses desafios e apoiar a diversificação económica.



FIGURA 5

Distribuição do crédito por sector económico



Fontes: BCTL

Outras instituições financeiras

A indústria de seguros em Timor-Leste ainda está numa fase inicial de desenvolvimento, consistindo atualmente em duas seguradoras gerais e uma seguradora de vida. Os principais riscos cobertos incluem incumprimento de crédito (em caso de morte ou perda de emprego), acidentes pessoais, viagens e acidentes de veículos, com cobertura limitada para incêndios, responsabilidade civil e riscos de engenharia. O potencial de expansão e diversificação da indústria de seguros em Timor-Leste depende amplamente da taxa de desenvolvimento económico geral. À medida que o país evolui, tanto as empresas quanto as famílias adquirirão mais ativos que requerem proteção por meio de seguros e terão mais rendimentos para suportar os prémios de seguros.

Os mercados de capitais públicos em Timor-Leste ainda não foram desenvolvidos, em linha com o atual nível de maturidade económica e financeira. Nos mercados de capitais, os mutuários e credores transacionam diretamente, sem intermediários, um sistema que geralmente só surge após o estabelecimento de instituições financeiras fortes e quadros legais bem definidos. O funcionamento dos mercados de capitais depende de altos padrões de relato financeiro público, uma vez que os investidores devem avaliar de forma independente uma vasta gama de oportunidades de investimento, desde títulos públicos de baixo risco até investimentos especulativos de alto risco. Atualmente, as condições necessárias para um mercado de capitais públicos em Timor-Leste ainda não foram estabelecidas.

No entanto, Timor-Leste possui um fundo considerável, principalmente mantido pelo Fundo Petrolífero e, desde 2017, pelo Fundo de Segurança Social. O Fundo de Segurança Social é um esquema contributivo de segurança social para trabalhadores e empregadores, iniciado em 2017. Este fundo oferece pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, bem como subsídios para maternidade, paternidade, adoção e acidentes de trabalho. Até 2023, havia 146000 trabalhadores participantes registados e 4700 empregadores no sistema, com um fundo de reserva de aproximadamente USD 200 milhões. Este esquema opera paralelamente a arranjos de pensão não contributivos que oferecem uma pensão básica para idosos e pessoas incapazes de trabalhar.

O Fundo Petrolífero, estabelecido em 2005, tem sido totalmente investido nos mercados de capitais globais. Esta abordagem reflete a necessidade de verificação global devido à dimensão do Fundo e ao subdesenvolvido mercado de capitais de Timor-Leste. Atualmente, os recursos do Fundo de Segurança Social estão mantidos em depósitos a prazo em bancos em Timor-Leste. Esses fundos poderiam potencialmente ser investidos em produtos do mercado de capitais à medida que o mercado se desenvolva.

Sistema de Pagamentos de Timor-Leste

Em paralelo ao panorama institucional acima referido, Timor-Leste possui atualmente um sistema de pagamentos eletrónicos moderno, relativamente bem desenvolvido e interoperável para a realização de pagamentos domésticos. Os principais elementos são:

O Sistema R-TIMOR

O Sistema **R-TIMOR**, lançado em abril de 2015, é um sistema de compensação e liquidação interbancária doméstica em Timor-Leste. Este sistema opera como um sistema híbrido que processa e liquida pagamentos individuais RTGS de acordo com os princípios de liquidação pelos valores brutos em tempo real (RTGS), enquanto também lida com o processamento, compensação e liquidação de instruções de pagamento em massa. Este sistema permite pagamentos eletrónicos em tempo real entre indivíduos, empresas, outras entidades e entidades governamentais por meio de bancos, e também com a liquidação de saldos de pagamentos em grande volume (com base em liquidação diferida líquida) através do sistema **R-TIMOR**.



No momento do lançamento do sistema, todos os bancos que operavam em Timor-Leste, incluindo o Banco Central, eram participantes diretos no sistema **TiMOR**. Em fevereiro de 2018, o Ministério das Finanças tornou-se um participante direto, integrando o **TiMOR** através do seu sistema de Planeamento de Recursos Governamentais (GRP). O Banco Central desempenha um papel fundamental na coordenação e operação do sistema, com foco na melhoria da sua eficiência e eficácia. A implementação do módulo de processamento direto (Straight Through Processing ou STP), desde 2017, garantiu uma execução ainda mais segura e eficiente dos pagamentos.

No final de 2023, todos os bancos licenciados e o Ministério das Finanças eram participantes diretos, enquanto a maioria das agências autónomas, municípios e fundos especiais tornaram-se participantes indiretos. O sistema permite que esses participantes indiretos processem pagamentos diretamente usando o sistema GRP desde os seus locais de trabalho, ampliando assim o alcance e a funcionalidade do sistema TiMOR em várias entidades governamentais e autónomas em Timor-Leste.

O Switch Nacional de Cartões e Pagamentos

Em março de 2017, o Banco Central contratou um fornecedor internacional de pagamentos para implementar o P24, o Sistema Nacional de Switch de Pagamentos, um sistema de interconexão de pagamentos de retalho que opera 24 horas por dia, 7 dias por semana. Inaugurado oficialmente em dezembro de 2018, o sistema P24 integrou inicialmente os caixas automáticos (ATM) da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (BNU-Timor) e do PT, Bank Mandiri (Persero) Tbk. Com o tempo, outros bancos aderiram, como o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL) e o PT. Bank Rakyat Indonésia (Persero) Tbk, passaram a poder realizar transações em quaisquer terminais com o logotipo P24.

Em outubro de 2020, foi adicionada aos terminais do P24 uma funcionalidade de Pagamentos de Impostos, que permite aos titulares de cartões pagar impostos eletronicamente, sem necessidade de se deslocarem a um banco. Além disso, três operadores de carteiras eletrónicas autorizados oferecem serviços de carteira eletrónica baseados na nuvem. Embora a interoperabilidade entre diferentes plataformas de carteiras eletrónicas ainda não esteja disponível, foi concluído em 2020 um recurso de “mobile switch”, que permite transferir fundos entre contas bancárias e carteiras eletrónicas.

O sistema P24 integra também esquemas de pagamentos internacionais, como Visa, UnionPay e Mastercard, ampliando a sua funcionalidade. O BNU Timor integrou os serviços da Visa, ao passo que o BNCTL e o BNU

Timor adicionaram, respetivamente, as capacidades de aceitação de pagamentos da UnionPay e da Mastercard. O BNCTL tem trabalhado na emissão de cartões da UnionPay Internacional com tecnologia contactless e 3D Secure, esperando que estes serviços internacionais de cartões contribuam para tornar o sistema de pagamentos de Timor-Leste mais moderno, eficiente e capaz de apoiar o crescimento económico. Em setembro de 2023, o Banco Central concluiu a integração dos pagamentos de impostos por meio de terminais de pagamento automático no ponto de venda (TPA/POS), oferecendo aos contribuintes um método alternativo para pagar impostos sem necessidade de se deslocarem a um caixa automático do banco. Em junho de 2024, o Banco Central, em colaboração com o Ministério das Finanças, lançou o pagamento de impostos e taxas alfandegárias através de caixas automáticos do P24, o que agiliza os processos de liberação alfandegária, promove atividades comerciais eficientes e fortalece a economia digital do país.

O projeto de integração regional com a Indonésia está em curso, com vista a ligar o P24 ao National Payment Gateway (GPN) indonésio. Uma vez concluído, este projeto permitirá transações fluidas entre Timor-Leste e a Indonésia, facilitando uma integração regional mais ampla com os países da ASEAN. Esta iniciativa insere-se nos esforços contínuos para modernizar o sistema de pagamentos de Timor-Leste e apoiar o desenvolvimento económico.

Outras iniciativas estão planeadas para expandir o sistema P24, incluindo a introdução de produtos financeiros avançados, como a digitalização do transporte público, o processamento digital e o crédito, bem como plataformas de seguros e de investimentos. Estes desenvolvimentos são essenciais para manter a infraestrutura financeira de Timor-Leste alinhada com os padrões globais e garantir o crescimento económico contínuo.

Avaliação do progresso atual

O Sistema Nacional de Switch P24 e os serviços de fintech, especialmente as carteiras móveis, tornaram-se essenciais para a infraestrutura financeira de Timor-Leste, demonstrando um crescimento e impacto significativos.

O Sistema P24 facilita uma variedade de transações, incluindo levantamento de dinheiro, transferências e pagamentos, entre outras. Este sistema tem vindo a aumentar o volume de transações, que passou de 123.068 transações, no valor de 10,56 milhões de dólares, em dezembro de 2018, para mais de 6,34 milhões de transações, totalizando mais de 550,11 milhões de dólares até 2023. O aumento em 2022 foi particularmente notável, com quase 4 milhões de transações avaliadas em

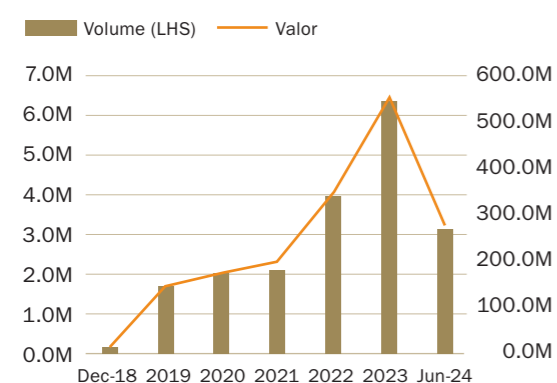
350,08 milhões de dólares, impulsionado principalmente pela pandemia de COVID-19, que acelerou a adoção de serviços financeiros digitais. Em junho de 2024, o sistema P24 já tinha processado mais de 3,11 milhões de transações, com um valor total de 279,67 milhões de dólares, o que indica o seu crescimento contínuo e a sua importância para o sistema financeiro de Timor-Leste.

Da mesma forma, os serviços de fintech registaram um crescimento rápido. Começando com apenas 10.693 transações no valor de 64.682 dólares em dezembro de 2018, as carteiras móveis atingiram 9,83 milhões de transações no valor de 88,23 milhões de dólares norte americanos até 2023. A pandemia de COVID-19 também teve um impacto significativo neste crescimento, com um aumento para 6,92 milhões de transações no valor de 66,09 milhões de dólares em 2021. Em junho de 2024, as carteiras móveis já haviam processado mais de 2,57 milhões de transações, totalizando 18,33 milhões de dólares, demonstrando a utilização contínua e o seu impacto.

Estes números evidenciam a vasta adoção e os benefícios dos serviços financeiros digitais em Timor-Leste, sobretudo em períodos desafiantes como o da pandemia. O crescimento dos volumes e das transações, tanto no sistema P24 como nas carteiras móveis, realça o papel fundamental desses serviços na promoção da inclusão financeira, ao disponibilizar serviços financeiros acessíveis e convenientes, e ao apoiar a resiliência económica. À medida que essas plataformas digitais continuarem a expandir-se, desempenharão um papel fundamental na modernização do sector financeiro de Timor-Leste, em conformidade com os objetivos estratégicos do próximo Plano Estratégico.

FIGURA 6

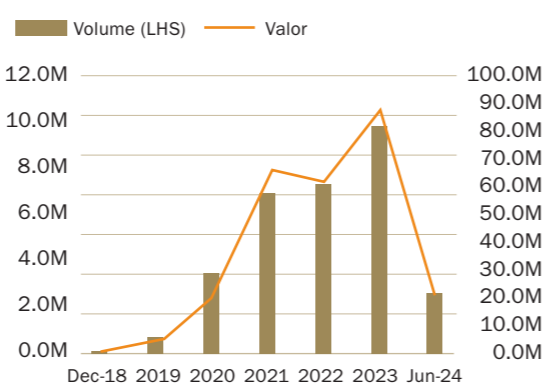
Operações de P24



Fontes: BCTL

FIGURA 7

Operações Fintech



Literacia e inclusão Financeiras

Ao longo da última década, Timor-Leste fez progressos notáveis na promoção da inclusão financeira, a qual constitui um dos objetivos definidos pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL). Consciente do papel fundamental que a inclusão financeira desempenha no desenvolvimento económico, o BCTL incorporou esse objetivo na sua missão principal. A inclusão financeira visa facilitar o acesso a serviços financeiros regulados e capacitar os indivíduos e as famílias para gerir as suas finanças de forma mais eficaz, poupar para necessidades futuras, investir em atividades geradoras de rendimento, aceder a crédito para educação e empreendimentos comerciais, e proteger-se contra impactos financeiros imprevistos. Estas capacidades contribuirão coletivamente para melhorar o padrão de vida de muitos, ao mesmo tempo que promovem uma economia mais resiliente e inclusiva.

Esses esforços são também fundamentais para apoiar as empresas, especialmente ao aumentarem o acesso ao capital, o que lhes permite crescer, criar empregos e melhorar a eficiência. Além disso, o foco na inclusão financeira ajudará a reduzir a lacuna para os grupos marginalizados, promovendo um crescimento económico mais equitativo e sustentável em todo o país.

O progresso alcançado em Timor-Leste no domínio da inclusão financeira ao longo da última década destaca a eficácia da estratégia e do compromisso do BCTL. Embora tenham sido alcançados avanços significativos, é necessário concentrar-se agora em colmatar as lacunas restantes, particularmente no que se refere ao alcance das áreas mais remotas, como as aldeias, e à continuidade da promoção da igualdade de género no uso dos serviços financeiros. Estes esforços contínuos serão fundamentais para alcançar os objetivos ambiciosos estabelecidos no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Financeiro 2025-2035, à medida que Timor-Leste prossegue o seu caminho rumo a um futuro mais inclusivo e próspero.

Acessos aos serviços financeiros.

O Gráfico 8 ilustra a expansão dos pontos de acesso a serviços financeiros em Timor-Leste de 2009 a 2022, abrangendo municípios, postos administrativos e aldeias (sucos). Até 2022, os serviços financeiros haviam alcançado 100% de cobertura em todos os 14 municípios, um progresso consistente desde 2009. Da mesma forma, o acesso nos postos administrativos melhorou de forma constante, alcançando 100% de cobertura (67 de 67 pontos) em 2020 e mantendo esse nível em 2022.

O progresso mais significativo foi observado nos sucos, onde a cobertura aumentou dramaticamente de 60% (265 de 442 sucos) em 2009 para






94% (423 de 452 sucos) até 2022. Este avanço destaca os esforços bem-sucedidos para expandir os serviços financeiros às zonas mais remotas do país.

A expansão dos pontos de acesso reflete o compromisso do BCTL em melhorar a inclusão financeira e garantir que todas as regiões, especialmente as zonas rurais, tenham acesso a serviços financeiros essenciais. Esta maior acessibilidade promove uma participação económica mais ampla, permitindo que indivíduos e empresas de todas as áreas se envolvam com o sistema financeiro formal, fomentando assim o crescimento económico e a resiliência em todo o país. A partir de agora, o objetivo será alcançar uma cobertura total a nível dos sucos, integrando ainda mais as comunidades remotas ao sistema financeiro.

GRÁFICO 8

Cobertura de Pontos de acesso aos serviços Financeiros

	2009	2013	2016	2018	2020	2022
 MUNICÍPIOS*	100% 13 dos 13 postos administrativos têm cobertura a nível de pontos de acesso desde 2009.					100% Todos os 14 estão cobertos.
 POSTO ADMINISTRATIVO**	86% 50 dos 65 cobertos	92% 60 dos 65 cobertos	88% 57 dos 65 cobertos	94% 61 dos 65 cobertos	100% Todos os 65 cobertos	100% Todos os 65 cobertos
 SUCOS***	60% 265 dos 442 cobertos	63% 278 dos 442 cobertos	58% 255 dos 442 cobertos	57% 256 dos 442 cobertos	84% 379 dos 442 cobertos	94% 423 dos 442 cobertos

* Atauro tornou-se Município em Jan. 2022
 ** 2 novos Posto Administrativos também foram criados em Jan. 2022.
 *** 10 novos sucos criados entre 2016 e 2018

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira do BCTL

Utilização de serviços financeiros

O gráfico 9 oferece uma visão sobre a utilização de serviços financeiros pela população adulta em Timor-Leste em 2022, destacando tanto as tendências gerais quanto as diferenças de género. Em 2022, 64% do total da população adulta utilizou serviços bancários, 6% acedeu a serviços por meio das OIRD (Outras Instituições Recetoras de Depósito), e 22% utilizou carteiras eletrónicas (e-wallets).








A análise de género mostra que as mulheres estão, de um modo geral, mais envolvidas com os serviços financeiros tradicionais do que os homens. Especificamente, 65% das mulheres recorriam a serviços bancários, em comparação com 62% dos homens, e 10% delas acediam

a OIRD, em contraste com apenas 2% dos homens. No entanto, os homens apresentaram maior envolvimento com as carteiras eletrónicas, com 27% dos homens a utilizar essas plataformas, em comparação com 18% das mulheres. Isto sugere uma lacuna de género, na qual os homens estão mais inclinados a adotar serviços financeiros digitais, nomeadamente as carteiras eletrónicas, enquanto as mulheres preferem os serviços bancários tradicionais e das OIRD.

Os dados indicam que os esforços de inclusão financeira em Timor-Leste foram eficazes em aumentar o envolvimento geral com os serviços financeiros, mas existem preferências de género distintas que devem ser consideradas em estratégias futuras. O foco deve ser em reduzir a lacuna digital de género e incentivar uma adoção mais ampla das carteiras eletrónicas entre as mulheres, enquanto se continua a expandir o acesso aos serviços bancários tradicionais.

GRÁFICO 9

Pontos de cobertura de acesso a serviços financeiros

	 Bancos	 ODTIs	 E-wallets
 Total da População Adulta	64%	6%	22%
 Mulher	65%	10%	18%
 Homem	62%	2%	27%
 Diferença de Género*	3%	8%	-9%

* Female rates minus male rates

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira do BCTL

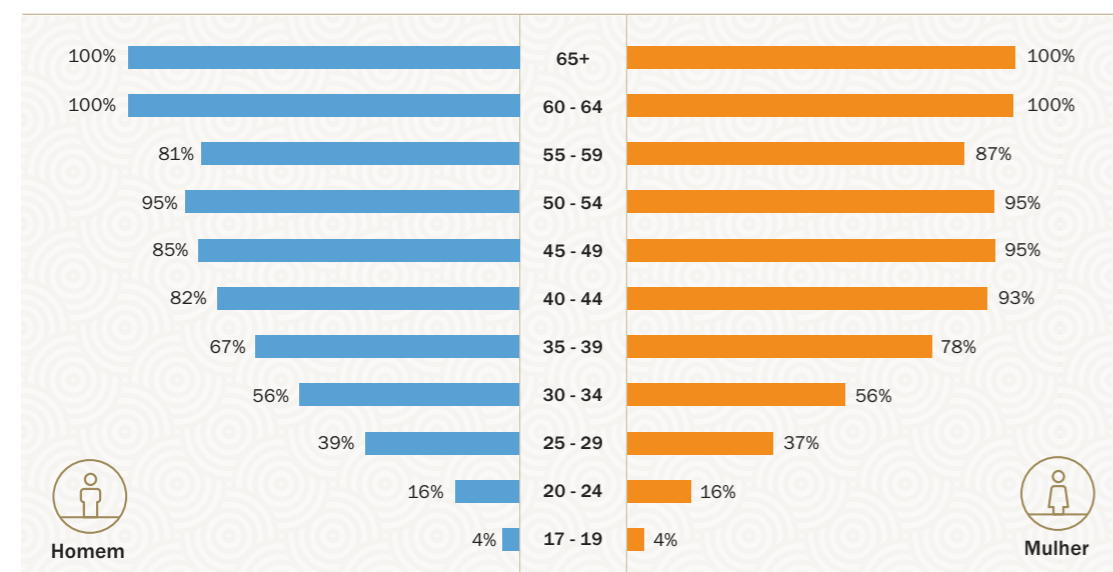
O gráfico 10 mostra a distribuição dos clientes bancários em Timor-Leste por género e por grupos etários, destacando as tendências de inclusão financeira. Os adultos mais velhos, especialmente aqueles com 65 anos ou mais, apresentam uma quase universal adesão ao sistema bancário, com 100% de cobertura nesse grupo.

Nos grupos etários intermediários, há uma leve queda no número de clientes bancários, com as mulheres geralmente mais envolvidas que os homens. Por exemplo, no grupo etário de 45-49 anos, 85% dos homens e 99% das mulheres são clientes bancários.

Isso revela disparidades de género, especialmente nos grupos etários intermediários e mais jovens, indicando a necessidade de esforços direcionados para envolver as populações mais jovens e abordar as desigualdades de género no acesso ao sistema bancário.

GRÁFICO 10

Utilização de serviços bancários pela população adulta em 2022



Fonte: Relatório de Inclusão Financeira do BCTL em 2022

Programas de Literacia Financeira

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e os seus parceiros continuaram a implementar e expandir os programas de educação financeira. O BCTL assinou um Memorando de Entendimento (MdE) com o Ministério da Educação, Juventude e Desporto (MEJD) para desenvolver um módulo de Educação Financeira para o ensino fundamental, capacitar professores e, potencialmente, integrar o módulo no currículo nacional. Outro MdE foi estabelecido com a Federação Cooperativa de Crédito Hanai Malu (FCCHM), uma federação de cooperativas de crédito, para prestar formação em educação financeira a membros selecionados da FCCHM, com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre gestão de finanças pessoais e de micro/pequenos negócios.

Além disso, o BCTL tem colaborado com o Instituto Nacional de Formação de Professores e Profissionais da Educação de Timor-Leste (INFORDEPE), o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) e a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCI-TL) em várias iniciativas de educação financeira e formação. Outro esforço significativo é o programa de poupança Hau'u-Nia Futuru, destinado a crianças de até 17 anos, com o objetivo principal de promover a inclusão financeira formal para crianças e as suas famílias.

Programa Vila Digital

No final de 2020, o Banco Central, em colaboração com os bancos comerciais e empresas de fintech, lançou o Programa Nacional Vila Digital, com o objetivo de promover os serviços financeiros digitais nas comunidades rurais. Esta iniciativa visa acelerar a adoção de transações financeiras digitais entre a população rural, apresentando-lhes as vantagens e a eficiência dos sistemas bancários e de pagamento modernos. O programa foi muito bem recebido pela comunidade, refletindo uma aceitação positiva das inovações digitais.

Através de campanhas educativas e workshops práticos, o programa ensina os residentes a realizar transações online de forma segura, a poupar e a investir recorrendo a plataformas digitais. Ao facilitar o acesso a ferramentas digitais, o programa visa ampliar as atividades económicas nas zonas rurais, reduzir os custos das transações, melhorar o acesso a produtos financeiros e aumentar a inclusão financeira. A médio e longo prazo, o Programa Vila Digital deverá proporcionar benefícios substanciais às comunidades rurais, com maiores oportunidades económicas, melhor literacia financeira e uma inclusão social mais ampla. Esta iniciativa representa um passo significativo no sentido de reduzir o fosso digital e fomentar o desenvolvimento económico sustentável nas zonas mais remotas de Timor-Leste.





Viabilizar o Crédito para o Desenvolvimento



Promover um Mercado de Pagamentos Moderno



Ampliar o Acesso ao Sistema Financeiro



Modernização do Sector Financeiro

O MODELO PARA A PRÓXIMA DÉCADA 36

Pilar Estratégico 1:	
Viabilizar o Financiamento para o Desenvolvimento	38
Fundos especializados para apoiar o desenvolvimento	41
Garantias de Créditos para MPME	45
Financiamento para desenvolvimento habitacional	47
Transformar o crescimento do sector financeiro por meio de parcerias estratégicas e investimento internacional	49
Reforma de empréstimos garantidos	50
Registos empresariais e contabilidade financeira	52
Atualização do registo de crédito	54
Pilar Estratégico 2:	
Promover um Sistema Moderno de Pagamentos	56
Promover um sistema de pagamentos instantâneos	57
Desenvolver uma infraestrutura digital compartilhada	58
Apoio à inovação em fintechs	59
Implementação do eCentavos	60
Fortalecimento da cibersegurança	61
Melhoria do acesso à banda larga e internet móvel	62
Pilar Estratégico 3:	
Alargar o acesso aos serviços financeiros	64
Microfinanças e apoio às MPME	65
Produtos financeiros inovadores para empoderamento rural	66
Programas de literacia financeira	67
Pilar Estratégico 4:	
Modernização do Sector Financeiro	70
Modernização do quadro legal para o sector financeiro	71
Desenvolvimento do mercado financeiro	75

O modelo para a próxima década

Esta parte apresenta uma visão estratégica para o avanço do sector financeiro de Timor-Leste na próxima década, com forte ênfase na inclusão e na capacitação. Estruturado em torno de quatro pilares principais, o plano garante que todos os cidadãos, independentemente da sua origem, tenham acesso às ferramentas e oportunidades financeiras de que necessitam para alcançar o sucesso.

O primeiro pilar, “Viabilizar o Financiamento para o Desenvolvimento”, concentra-se na criação de um ecossistema financeiro robusto que possa mobilizar recursos de forma eficaz, impulsionar o crescimento económico inclusivo e capacitar as comunidades marginalizadas.

O segundo pilar, “Promover um Mercado de Pagamentos Moderno”, é dedicado ao desenvolvimento de uma infraestrutura de pagamentos segura e eficiente, que apoie a economia digital e torne os serviços financeiros acessíveis a todos, promovendo a capacitação através da tecnologia.

O terceiro pilar, “Ampliar o Acesso ao Sistema Financeiro”, visa remover barreiras aos serviços financeiros, particularmente para as populações excluídas, expandindo o acesso ao crédito, poupança e oportunidades de investimento. Este pilar destaca o papel crítico da inclusão financeira na capacitação de indivíduos e empresas para que participem plenamente na economia.

Por fim, o quarto pilar, “Modernizar o Quadro Legal do Sector Financeiro”, visa atualizar e fortalecer o ambiente regulatório, garantindo que este apoia a inovação, ao mesmo tempo que mantém a estabilidade e protege os consumidores. Ao promover um sistema financeiro transparente e responsável, esta iniciativa capacita os cidadãos e as empresas, estabelecendo as bases para um sector financeiro resiliente e inclusivo, que será fundamental para os objetivos mais amplos de desenvolvimento económico de Timor-Leste.





PILAR ESTRATÉGICO 1:

Viabilizar o Financiamento para o Desenvolvimento



Fundos especializados para apoiar o desenvolvimento

O sector informal, que engloba uma vasta gama de pequenas e microempresas, enfrenta múltiplas barreiras no acesso a o crédito por via dos bancos tradicionais. Estas barreiras incluem a falta de documentação formal, garantias insuficientes, baixa literacia financeira, custos elevados associados ao financiamento, processos de candidatura aos empréstimos complexos e a aversão ao risco por parte dos bancos relativamente a operações de pequena escala. Estes desafios tornam necessária a criação de fundos especializados que forneçam apoio financeiro direcionado e colmatem a lacuna até que estes negócios possam fazer a transição para a economia formal e aceder aos serviços bancários tradicionais.

Um número significativo dessas empresas informais é de propriedade e operada por mulheres, especialmente em áreas rurais. Capacitar essas mulheres é essencial para promover o crescimento económico inclusivo e garantir o acesso equitativo aos recursos financeiros. O apoio direcionado às mulheres em áreas rurais pode ajudar a superar os desafios únicos que elas enfrentam, como a mobilidade geográfica limitada, baixos níveis de educação e barreiras culturais adicionais.

Embora o governo tenha introduzido um esquema de garantia de crédito para mitigar riscos e incentivar a concessão de crédito, os bancos permanecem relutantes em utilizar esse mecanismo. Para resolver esta questão, os fundos especializados devem incluir produtos e serviços financeiros adaptados, concebidos especificamente para mulheres empreendedoras em zonas rurais. Isso pode envolver processos de empréstimo simplificados, requisitos de garantias flexíveis e programas de educação financeira que lhes permitam fortalecer a sua capacidade de gerir e expandir os seus negócios.

As contribuições para os fundos podem vir do governo, de parceiros de desenvolvimento e de instituições financeiras.

Apoio aos agentes económicos informais no sector produtivo

Este fundo especializado destina-se a fornecer apoio financeiro aos agentes económicos informais, especialmente aos envolvidos no sector produtivo, com um foco particular na capacitação das mulheres. Conforme necessário, o âmbito de aplicação pode também incluir fundos para apoio de emergência. O objetivo principal do fundo é apoiar e aumentar a produtividade e sustentabilidade de sectores-chave, como a agricultura, as pequenas indústrias domésticas, os negócios relacionados com o turismo em destinos turísticos importantes e outros sectores relevantes.

Ao direcionar-se para os sectores informais, o fundo visa promover atividades económicas nas áreas rurais, formalizar as suas operações num prazo predeterminado, melhorar o seu acesso ao mercado e aumentar a sua contribuição económica global.

Elementos mais específicos desta proposta incluem:

- a) **Realização de uma avaliação abrangente das necessidades** para identificar os requisitos financeiros e técnicos dos produtores agrícolas informais, com ênfase particular nas necessidades das mulheres. Com base nesses resultados, os fundos serão alocados, priorizando áreas de alto impacto e culturas com potencial significativo de crescimento. Esse financiamento será cofinanciado pelo governo, instituições financeiras interessadas e parceiros de desenvolvimento.
- b) **Oferta de capacitação e assistência técnica**, componentes cruciais desta estratégia, como práticas agrícolas modernas, desenvolvimento de produtos, marketing para indústrias caseiras, excelência no atendimento ao cliente, práticas de turismo sustentável, entre outros. A formação central pode incluir planejamento financeiro, investimento e gestão de riscos, com programas específicos destinados a capacitar mulheres empreendedoras.
- c) **Desenvolvimento de produtos de microfinanças** adaptados às necessidades dos agentes económicos informais, incluindo créditos com taxas de juro baixas, subsídios e linhas de crédito rotativas, com foco na acessibilidade para empresas de propriedade de mulheres.
- d) **Incentivo à poupança por parte dos negócios informais** para ajudar a construir uma cobertura financeira, bem como à implementação de várias medidas de mitigação de riscos.
- e) **Apoio financeiro ao desenvolvimento agrícola**, incluindo o fornecimento de acesso a sementes melhoradas, fertilizantes e equipamentos agrícolas para aumentar a produtividade, com foco especial nas mulheres agricultoras.
- f) **Promoção de empresas rurais** envolvidas no apoio ao estabelecimento e crescimento de unidades de agroprocessamento, artesanato e negócios relacionados com o turismo, com ênfase no empoderamento das mulheres nesses sectores.
- g) **Desenvolvimento e fortalecimento de vínculos com o mercado** e do desenvolvimento de infraestrutura associada. O acesso aos mercados será facilitado por meio da formação de cooperativas e parcerias, estabelecendo conexões com compradores, cooperativas e agroindústrias, e garantindo melhores preços. A tecnologia móvel será

utilizada para fornecer dados em tempo real sobre preços, procura e outras informações, com iniciativas direcionadas para garantir que as mulheres se beneficiem destes avanços.

- h) **Investimento em infraestrutura essencial**, incluindo instalações de armazenamento, sistemas de irrigação e redes de transporte, que irão apoiar ainda mais o crescimento e a sustentabilidade dos agentes económicos informais no sector produtivo, com atenção especial às necessidades das mulheres empreendedoras.

OBJETIVOS:

1. **Formalização de 50% dos produtores agrícolas informais e outras microempresas/negócios informais identificados** dentro de cinco anos, com o objetivo específico de que 50% desses incluam negócios de propriedade de mulheres.
2. **Ampliar o acesso ao mercado para pelo menos 50% desses produtores agrícolas e outras microempresas/negócios informais**, garantindo que pelo menos metade deles sejam de propriedade de mulheres.
3. **Estabelecimento e/ou apoio a 200 cooperativas agrícolas e/ou associações de agricultores ao longo de dez anos**, com foco na participação e liderança das mulheres.

Promoção e expansão de microempresas de retalho como agentes de instituições financeiras

Este fundo tem como objetivo apoiar a criação e expansão de microempresas do sector retalhista, transformando-as em agentes de instituições financeiras integradas na rede do sistema de pagamentos P24. Ao aproveitar a extensa rede de pequeno e micro retalho, o fundo visa melhorar a inclusão financeira, especialmente em áreas rurais e periurbanas com falta de cobertura. Estas microempresas de retalho fornecerão uma gama de serviços financeiros, incluindo bancários, seguros e remessas, com um foco particular no empoderamento das mulheres empreendedoras.



Elementos mais específicos desta proposta incluem:

- a). **Desenvolvimento e oferta de programas de formação e certificação para proprietários de microempresas de retalho**, com iniciativas específicas para incentivar e apoiar as mulheres. Estes programas abordarão serviços financeiros, conformidade e atendimento ao cliente. Após a conclusão bem-sucedida da formação, essas microempresas retalhistas serão certificadas como agentes oficiais de várias instituições financeiras.
- b) **Fornecimento de apoio financeiro e técnico para aspirantes a empreendedores de microempresas de retalho**, dando prioridade a mulheres, através de subsídios para startups e empréstimos a juros baixos. O apoio técnico contínuo garantirá a prestação eficiente e segura dos serviços financeiros.
- c) **Equipar as microempresas de retalho com a tecnologia necessária**, como terminais de pagamento automático (TPA), códigos QR e aplicativos de banca móvel. Medidas robustas de cibersegurança serão implementadas para proteger transações e dados de clientes, com apoio adicional para negócios liderados por mulheres, garantindo o seu sucesso.
- d) **Promoção de parcerias entre instituições financeiras para expandir a gama de serviços oferecidos por microempresas de retalho**. Termos favoráveis serão negociados para garantir a rentabilidade e a sustentabilidade dessas microempresas, com foco particular em criar oportunidades para mulheres empreendedoras.

OBJETIVOS:

1. **Criar, no prazo de cinco anos, pelo menos 1.000 microempresas no sector do comércio a retalho** que prestem serviços financeiros como agentes, garantindo que uma percentagem significativa sejam detidas por mulheres.
2. **Aumentar a inclusão financeira nas áreas-alvo em 95% ao longo de dez anos**, com foco específico nas mulheres dessas comunidades.
3. **Facilitar pelo menos 250.000 transações financeiras por meio de agentes do sector retalhista anualmente**, com esforços para rastrear e aumentar a participação das mulheres nessas transações.

Apoio à formação para agricultores e gestão empresarial

O fundo dedicado ao apoio à formação de agricultores e proprietários de pequenos negócios informais tem como objetivo melhorar as suas

competências técnicas, literacia financeira e capacidades de gestão empresarial, com forte ênfase na capacitação das mulheres. Ao melhorar o conhecimento e as habilidades desses agentes, a iniciativa procura promover um crescimento e desenvolvimento económico sustentável. Este fundo irá incluir:

- a). **Desenvolvimento de instalações e recursos de formação** com currículos adaptados que abordem as melhores práticas agrícolas, a gestão financeira, o marketing e o empreendedorismo, com módulos específicos para lidar com os desafios únicos enfrentados pelas mulheres. Esta abordagem será alargada a outros sectores abrangidos pelo esquema. Os centros de formação serão equipados com instalações e recursos adequados em locais estratégicos, com ênfase na acessibilidade para as mulheres. Parcerias com instituições educacionais locais, a sociedade civil e especialistas da indústria garantirão a prestação de programas de formação de elevada qualidade.
- b) **Estabelecimento de um quadro de monitorização e avaliação** para avaliar o impacto dos programas de formação, com foco no progresso das participantes do sexo feminino. O feedback dos participantes será utilizado para melhorar continuamente o conteúdo da formação e os métodos de ensino, garantindo que atendam às necessidades específicas dos agricultores e empreendedores.

OBJETIVOS:

1. **Formar 10.000 agricultores e proprietários de pequenos negócios ao longo de dez anos**, com a meta de que pelo menos 50% dos formandos sejam mulheres.
2. **Melhoria nas práticas de gestão empresarial dos empreendedores participantes dentro de cinco anos**, com foco particular na melhoria das habilidades e capacidades das mulheres participantes.

Garantias de Crédito para MPME

Em 2019, o governo lançou um esquema destinado a fornecer garantias de crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPME), com o objetivo de reduzir o risco para os credores e aumentar o acesso ao crédito para pequenos negócios. No entanto, apesar dos potenciais benefícios, os bancos mostraram pouco interesse em participar no esquema, tendo apenas um banco aderido inicialmente. Esse banco acabou por deixar de participar, o que evidencia os desafios na implementação de tais iniciativas.

Ao abordar as barreiras de acesso ao crédito, o esquema visa capacitar os empreendedores, em particular as mulheres, que enfrentam obstáculos adicionais para obterem financiamento.

Sob este Plano Estratégico:

- a). **Será desenvolvido e implementado um esquema de garantia de crédito para MPME revisto**, com incentivos melhorados para encorajar uma participação mais ativa das instituições financeiras. Esse esquema revisado concentrar-se-á em tornar o crédito mais acessível às MPME de propriedade de mulheres, abordando os desafios únicos com que elas se deparam.
- b) **O Governo aumentará o montante disponível para o programa de garantias**, garantindo a sustentabilidade e a eficácia do sistema de garantias de crédito, sendo que uma parte será dedicada ao apoio a mulheres empreendedoras.
- c) **Serão conduzidas campanhas de sensibilização** para informar as MPME e as instituições financeiras sobre a disponibilidade e os benefícios das garantias de crédito. Estas campanhas terão como alvo específico as mulheres empreendedoras, de modo a aumentar a sua adesão aos programas de garantia de crédito.
- d) **Será ministrado um curso de formação às instituições financeiras sobre a utilização das garantias de crédito**, de modo a expandir as suas carteiras de crédito. Este treino incluirá módulos específicos para as necessidades das MPME de proprietárias mulheres, capacitando os credores com os conhecimentos e as competências necessárias para implementar e beneficiar eficazmente dos programas de garantias de crédito.
- e) **Será estabelecido um quadro de monitorização e avaliação** para avaliar o impacto e a eficácia dos programas de garantia de crédito. As avaliações regulares incluirão métricas específicas sobre a participação e o sucesso dos negócios de mulheres. O feedback das MPME e das instituições financeiras será obtido para melhorar o desenho e a implementação dos programas. A melhoria contínua, com base nas opiniões dos intervenientes, aumentará a relevância e o impacto das iniciativas de garantia de crédito.



OBJETIVOS:

1. **O Governo aumentará o fundo de garantia para até 50 milhões de dólares dentro de cinco anos.**
2. **Serão concedidas garantias de crédito no valor de 70 milhões de dólares para empréstimos no âmbito do programa MPME** ao longo de dez anos, garantindo que uma parte significativa dos empréstimos garantidos seja destinada a negócios de propriedade de mulheres.
3. **Alcançar 1.000 MPME por meio de campanhas de consciencialização** no prazo de três anos, com esforços específicos para atingir mulheres empreendedoras.
4. **Aumentar em 30% o número de MPME que acedem a garantias de crédito** no prazo de três anos, com foco no apoio a MPME de propriedade de mulheres.
5. **Realizar avaliações anuais do programa de garantias de crédito**, incluindo a análise do respetivo impacto sobre as mulheres empreendedoras.

Financiamento para o Desenvolvimento Habitacional

Esta iniciativa tem como objetivo promover um mecanismo de financiamento para o desenvolvimento habitacional, fornecendo soluções de financiamento acessíveis que melhorem as condições de vida e estimulem o desenvolvimento económico. Ao estabelecer um sistema de hipoteca estruturado, esta iniciativa procurará aumentar a taxa de proprietários de imóveis, melhorar o valor dos imóveis e promover a inclusão financeira em Timor-Leste.

Um componente crítico deste esforço é a resolução de questões relacionadas com os títulos e o registo de terras, de modo a garantir a segurança e a atratividade das hipotecas para os mutuários e os credores. Mais especificamente:

- a). **Os produtos de hipoteca serão desenvolvidos**, apresentando condições flexíveis, requisitos de entrada mais baixos e taxas de juro acessíveis. Serão introduzidas micro-hipotecas para pequenas melhorias habitacionais incrementais e novas construções, tendo em conta as capacidades financeiras das populações.
- b) **O enquadramento legal e regulamentar que apoia o financiamento habitacional será melhorado**. Os direitos de propriedade e os sistemas de registo de bens imóveis serão fortalecidos para fornecer

títulos claros e reduzir incertezas legais. Serão estabelecidas regulamentações que governem as práticas de empréstimo hipotecário, de modo a garantir a transparência, a proteção ao consumidor e a auxiliar na gestão de riscos.

- c) **O processo de obtenção e verificação do título de terra para formalizar a propriedade será simplificado e acelerado**, garantindo a segurança de posse dos proprietários de imóveis. Além disso, será implementado um sistema digital de registo de propriedades.

Serão realizados passos para estabelecer parcerias com bancos, OIRD, empresas de financiamento e cooperativas para oferecer crédito hipotecário às famílias.

Podem vir a ser criados programas de garantia hipotecária e produtos de seguro apoiados pelo governo para reduzir o risco para os credores e incentivar a concessão de crédito aos mutuários.

OBJETIVOS:

1. **Facilitar a criação de, no mínimo, 5000 novas unidades habitacionais** por meio de financiamento hipotecário dentro de cinco anos.
2. **Aumento nas taxas de propriedade de imóveis** ao longo da próxima década.
3. **Desenvolvimento de parcerias com pelo menos 10 instituições financeiras** para oferecer produtos hipotecários.
4. **Resolução de questões relacionadas com o título de terras e o respetivo registo**, de modo a garantir a propriedade das terras de forma clara e segura.



Transformar o crescimento do sector financeiro através de parcerias estratégicas e investimento internacional.

Este plano estratégico visa criar um ambiente financeiro robusto, inclusivo e dinâmico, através da utilização estratégica de parcerias público-privadas (PPP) e incentivos de investimento estrangeiro direto (IED).

Estas iniciativas serão elaboradas para atrair investimentos, distribuir riscos e aumentar a eficiência e a eficácia dos projetos de desenvolvimento. Ao concentrar-se em sectores como a agricultura, as pequenas indústrias caseiras, a habitação rural e os negócios relacionados com o turismo, o plano visa promover o crescimento económico e impulsionar o avanço tecnológico. Será dada atenção a:

- a). **Identificar projetos potenciais por meio de estudos de viabilidade**, com foco em áreas onde as PPP e os IED podem ser mais eficazes, como a agricultura, a habitação, as pequenas indústrias, as microfinanças habitacionais, a prestação de serviços, entre outras. Serão priorizados projetos alinhados com os objetivos estratégicos de melhorar a inclusão financeira e apoiar agentes económicos informais.
- b). **Estabelecer quadros legais e regulatórios claros** para garantir a transparência, a responsabilidade e a partilha justa de riscos.
- c). **Desenvolver incentivos e mecanismos de apoio**, como isenções fiscais, subsídios e acordos de cofinanciamento, para atrair investimentos privados.

OBJETIVOS:

1. Iniciar cinco projetos nos primeiros cinco anos, com foco em áreas de alto impacto, como a agricultura, as pequenas indústrias e a habitação.
2. Atrair, pelo menos, 200 milhões de dólares em investimento privado no sector financeiro ao longo de dez anos.
3. Alcançar um aumento significativo na criação de empregos e na atividade económica em áreas rurais e carenciadas.

Reforma do Crédito Garantido

O desenvolvimento de possibilidades de empréstimos garantidos é um componente crítico da estratégia para o desenvolvimento do sector financeiro e para melhorar o acesso ao crédito. A disponibilidade de mecanismos que permitam aos mutuários oferecer garantias efetivas em apoio às suas solicitações de empréstimo é crucial para expandir o acesso ao crédito. Esta iniciativa visa fortalecer o enquadramento legal e regulamentar dos empréstimos garantidos, garantindo que os mutuários possam oferecer garantias e que os credores possam fazer cumprir essas garantias de forma confiável, se necessário. Isso reduz o risco para os credores e permite conceder mais crédito às MPME, que na maioria dos casos enfrentam dificuldades em obter financiamento.

Desenvolvida inicialmente com assistência do Banco Asiático de Desenvolvimento em 2015, a reforma focou-se na elaboração de uma legislação abrangente sobre transações garantidas, como condição necessária e prévia para a criação de um registo de garantias. Uma vez estabelecido, esse registo permitiria que os credores registassem interesses de garantia em ativos móveis, proporcionando transparência e segurança jurídica. Posteriormente, a International Finance Corporation (IFC) apoiou o aprimoramento do quadro legal.

Apesar dos progressos alcançados, é essencial concluir as reformas do empréstimo garantido, aprovar a respetiva lei, finalizar os detalhes regulatórios e estabelecer totalmente o registo de garantias. A conclusão desta iniciativa fortalecerá a infraestrutura financeira, promoverá o crédito e apoiará o crescimento económico sustentável.

Permitir o uso de bens móveis como garantia.

Este projeto centra-se na criação e operacionalização de um sistema para utilizar bens móveis como garantia para empréstimos, juntamente com os procedimentos associados para registar, libertar e, quando necessário, executar essa garantia. Esses arranjos exigem uma combinação de elementos legais e operacionais, adaptados ao enquadramento legal de Timor-Leste. Tanto os credores como os mutuários precisam de adquirir familiaridade prática com as práticas de empréstimos e garantias, especialmente onde essa familiaridade atualmente é escassa.

As etapas a serem seguidas para completar este projeto são:

- a). Finalizar e submeter o projeto de lei ao Parlamento Nacional. Esta legislação fornecerá a base legal para o registo e os processos operacionais envolvidos.

- b). Iniciar o desenvolvimento da infraestrutura, que inclui tanto a infraestrutura física quanto a digital para o registo de garantias.
- c). Desenvolver os procedimentos operacionais padrão (POP) para o processamento de registos, autorizações e execução de interesses de garantia.
- d). Projetar e implementar programas de formação e capacitação para os funcionários das instituições financeiras e empresas.

OBJETIVOS:

1. Promulgar a nova lei dentro de um ano.
2. Concluir o desenvolvimento do registo de garantias e operacionalizá-lo completamente dentro de dois anos.

Imóveis como garantia

A terra é geralmente a forma mais confiável de garantia, devido à sua imobilidade. Ao contrário dos bens móveis, que podem ser difíceis de localizar ou que podem deixar de estar na posse do mutuário se for necessária a execução da garantia, a terra permanece num local fixo e, geralmente, não pode ser vendida sem que a hipoteca seja liberada. No entanto, a utilização eficaz da terra como garantia requer certeza do título legal, o que atualmente falta em porções significativas de terra em Timor-Leste.

Embora a maioria dos limites das terras tenha sido estabelecida por meio de um levantamento cadastral, muitos lotes têm múltiplos títulos ou reivindicações de administrações anteriores ou reivindicações indígenas. Por outro lado, muitas terras rurais não estão em disputa e aguardam os ajustes administrativos necessários para a emissão de certificados de título, que lhes permitirá serem usadas como garantia hipotecária. Para tal, é necessário:

- a) Conclusão dos procedimentos administrativos necessários para que a terra possa ser utilizada como garantia hipotecária em transações de empréstimo. Esses arranjos são semelhantes aos necessários para registar, autorizar ou executar garantias sobre bens móveis. Tais arranjos, que fazem parte do quadro legal nacional, normalmente estão sob a responsabilidade do Ministério da Justiça (ou do Ministério do Comércio).

- b) Conclusão do desenvolvimento da estrutura legal e dos arranjos administrativos necessários para apoiar o uso da terra como garantia hipotecária.

OBJETIVOS:

1. Até o final de 2027, estabelecer e operar as instalações de registo que possibilitem um uso eficaz da terra por mutuários e credores em apoio à obtenção e à concessão de crédito.
2. Emitir certificados de título de terra progressivamente à medida que os títulos em disputa são resolvidos.

Registo Comercial e Contabilidade Financeira

O sector financeiro é, essencialmente, uma indústria de processamento de informações. Uma das principais funções dos bancos e das Outras Instituições Recetoras de Depósito (OIRD) é avaliar a capacidade dos mutuários de gerar os rendimentos necessários para liquidar os empréstimos. Isso requer que os mutuários forneçam aos credores informações financeiras que evidenciem o seu histórico e perspectivas financeiras e empresariais. Para as empresas que procuram crédito, isto significa manter registos comerciais adequados e fornecer informações financeiras que apoiem as suas solicitações de crédito.

A extensão das informações necessárias varia consoante o valor do crédito solicitado. Para micro e pequenas empresas, um registo fiável do fluxo de caixa pode ser suficiente; para empréstimos mais elevados concedidos a empresas de maior dimensão, são geralmente exigidas demonstrações financeiras preparadas de acordo com normas contabilísticas reconhecidas (e, para grandes empresas, essas demonstrações devem ser auditadas).

Atualmente, a manutenção de registos empresariais e a preparação de informações contabilísticas não estão devidamente estabelecidas em Timor-Leste, o que impede empresas de todos os tamanhos de obterem acesso ao crédito. A falta de registos aumenta o risco e o custo do crédito disponível. Para resolver esses problemas, está planeado o seguinte:

- a). Estabelecer parcerias com instituições financeiras, comerciais, governamentais e educacionais relevantes para incorporar o desenvolvimento e a capacitação em práticas de registo empresarial e contabilidade em Timor-Leste.
- b). Estabelecimento de um órgão profissional para supervisionar o desenvolvimento da profissão de contabilista em Timor-Leste, incluindo a gestão de relacionamentos com entidades semelhantes na ASEAN e noutros países da região.

- c). Colaboração com as partes interessadas para desenvolver e implementar normas de registo empresarial e contabilidade adequadas a Timor-Leste e que apoiem os processos de solicitação de crédito.
- d). — Desenvolvimento de programas de formação abrangentes em registo empresarial e contabilidade financeira nos níveis de ensino secundário, profissional e universitário.

OBJETIVOS:

1. Adotar a lei das normas contabilísticas no prazo de dois anos.
2. Estabelecer o órgão profissional de contabilidade no prazo de dois anos.
3. Concluir o desenvolvimento das práticas de contabilidade e manutenção de registos comerciais em Timor-Leste no prazo de três anos.
4. Concluir a elaboração dos manuais de formação no prazo de três anos.



Atualização do registo de crédito

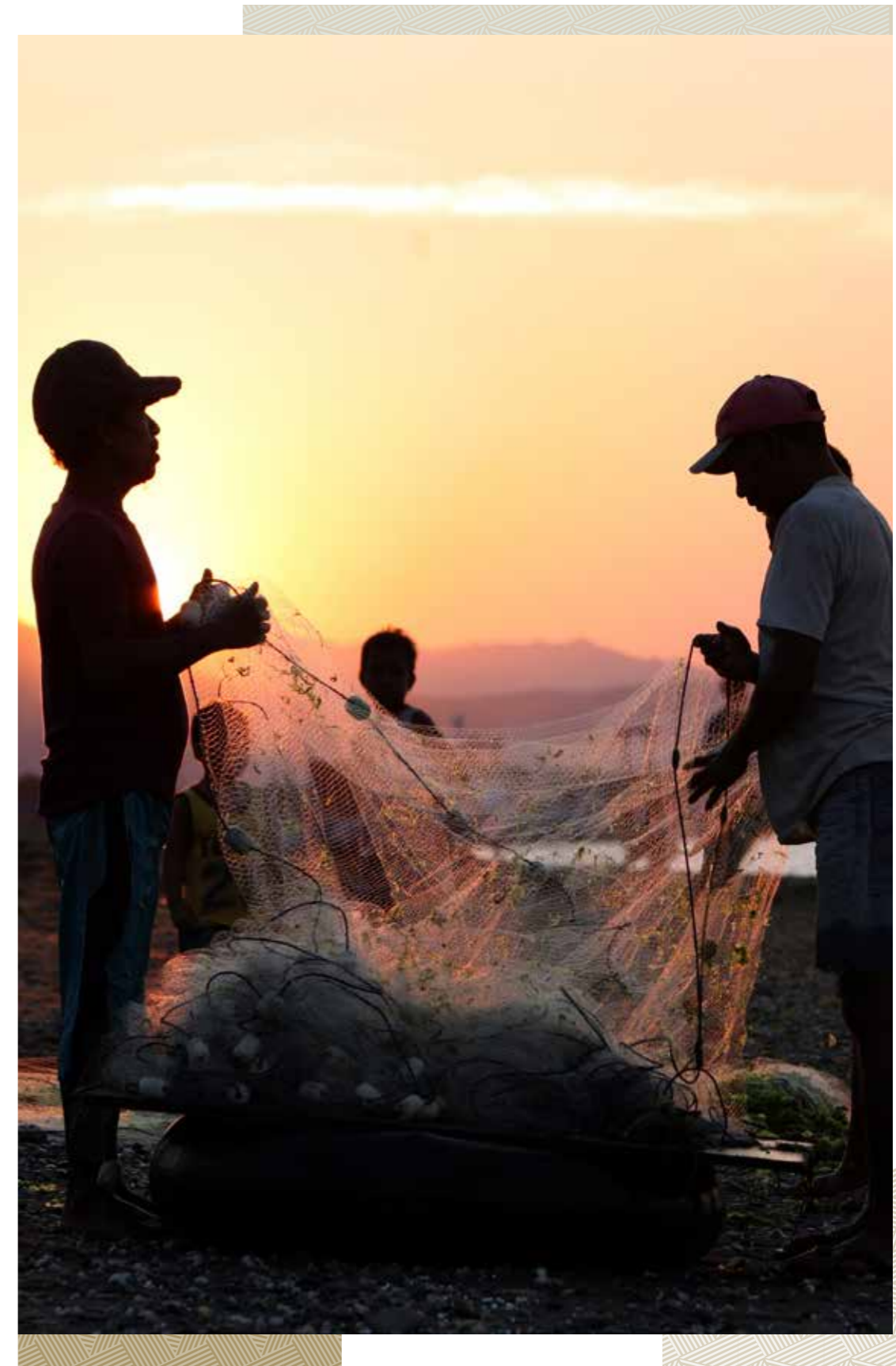
O atual registo de crédito de Timor-Leste, localizado no BCTL, desempenha um papel crítico ao permitir que os credores registem o incumprimento de crédito e avaliem as solicitações de crédito com base no histórico de crédito do requerente. O registo está totalmente operacional e é utilizado ativamente pelas instituições financeiras. No entanto, há margem para melhorias que fortaleçam ainda mais a eficácia e a usabilidade do registo.

As melhorias propostas visam alargar o âmbito do registo para incluir tanto relatórios de crédito positivos como negativos. Esta expansão permitirá que os mutuários que cumpram consistentemente as suas obrigações de pagamento de dívidas construam um histórico de crédito positivo, o que poderá melhorar o seu acesso ao crédito no futuro. Além disso, a revisão considerará a ampliação da definição de um evento de crédito para incluir não apenas o desempenho de crédito da contraparte principal, mas também o desempenho dos fiadores, proporcionando assim uma visão mais abrangente da solvência. As medidas incluem:

- a). Aumentar o âmbito do relatório de crédito para incluir tanto relatórios de crédito positivos como negativos, permitindo que os mutuários estabeleçam um histórico de crédito positivo.
- b) Avaliar a inclusão do desempenho do fiador na definição de um evento de crédito, para além do desempenho da contraparte principal.
- c) Desenvolver e integrar as melhorias necessárias no sistema para apoiar o âmbito alargado de relatórios e as definições revistas de eventos de crédito.

OBJETIVOS:

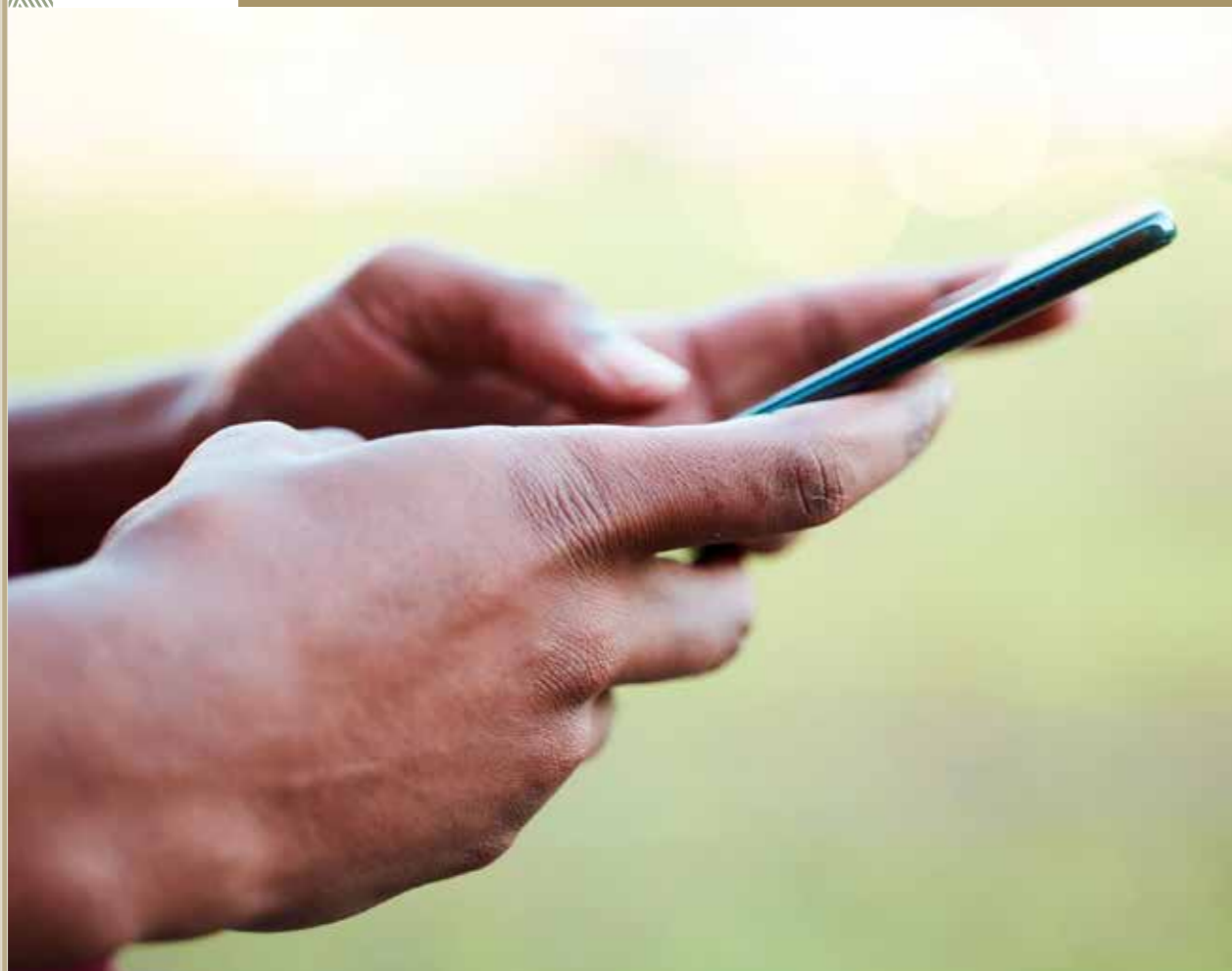
1. Integração, no registo de crédito, dos relatórios de crédito positivos e negativos no prazo de um ano.
2. Concluir a avaliação da inclusão do desempenho dos fiadores na definição de um evento de crédito no prazo de um ano.
3. Desenvolver e integrar totalmente as melhorias necessárias no sistema para apoiar o alargamento do âmbito dos relatórios e as definições revistas dos eventos de crédito, garantindo a plena capacidade operacional no prazo de três anos.





PILAR ESTRATÉGICO 2:

Promover um Sistema Moderno de Pagamentos



Promover um sistema de pagamento instantâneos

A criação de um sistema de pagamentos instantâneos é essencial para aumentar a eficiência dos serviços financeiros. Esta iniciativa visa desenvolver a infraestrutura necessária e incentivar a adoção de soluções de pagamento instantâneo por parte das instituições financeiras mais relevantes. As etapas a serem seguidas incluem:

- a). Incentivar as principais instituições financeiras a investir em infraestrutura ou plataformas de pagamento em tempo real que facilitem transferências de dinheiro e pagamento instantâneos.
- b). Garantir a interoperabilidade entre diferentes instituições financeiras e prestadores de serviços de pagamento, através da conexão ao sistema P24, permitindo transações sem interrupções entre várias plataformas.
- c). Incentivar a adoção de pagamentos instantâneos entre empresas, ministérios, agências governamentais e consumidores, através de incentivos e campanhas de sensibilização.
- d). Procurar colaboração com bancos e empresas de fintech para integrar pagamentos instantâneos nas suas ofertas de serviços, tornando as transações em tempo real uma parte padrão dos serviços financeiros.

OBJETIVOS:

1. Exortar os bancos e outras instituições financeiras a introduzirem plataformas de pagamentos em tempo real no prazo de cinco anos.
2. Alcançar 80% de adoção de pagamentos instantâneos entre empresas no prazo de cinco anos.
3. Garantir 90% de interoperabilidade entre instituições financeiras prestadoras de serviços de pagamento no prazo de cinco anos.

Desenvolver uma infraestrutura digital compartilhada

Desenvolver uma infraestrutura digital compartilhada é essencial para apoiar transações financeiras seguras e eficientes. Esta iniciativa foca-se na criação de uma infraestrutura centralizada que possa ser utilizada por diversas instituições financeiras e prestadores de serviços, incluindo a integração e melhoria dos sistemas nacionais de pagamentos de retalho existentes. O objetivo desta iniciativa é garantir a interoperabilidade das plataformas de pagamento introduzidas por bancos e empresas de fintech, aumentar a eficiência das transações e promover a inclusão financeira. Especificamente, o plano inclui:

- a) Atualizar e modernizar o sistema de pagamentos de retalho P24 para suportar uma gama mais ampla de transações digitais e garantir capacidades de processamento em tempo real. Será garantida a compatibilidade com tecnologias emergentes de pagamento e padrões, a fim de preparar o sistema para o futuro.
- b) Integrar o sistema de pagamento P24 no sistema de Switch regional entre os países membros da ASEAN.
- c) Incentivar os bancos e as empresas de fintech a desenvolverem e introduzirem os seus próprios gateways de pagamento.
- d) Facilitar parcerias entre bancos e empresas de fintech para promover a interoperabilidade e a integração harmoniosa de diferentes sistemas de pagamento.
- e) Fornecer apoio regulatório e diretrizes/protocolos para garantir operações seguras e padronizadas nas plataformas de pagamento. Serão desenvolvidos e implementados protocolos padronizados.
- f) Será incentivado o investimento em centros de dados de última geração para apoiar o armazenamento e o processamento de dados financeiros. A utilização de computação em nuvem e de análise de dados será fomentada para melhorar a eficiência e a segurança dos serviços financeiros.
- g) Promover e realizar campanhas de sensibilização para informar empresas e consumidores sobre os benefícios e funcionalidades dos serviços financeiros digitais.
- h) Oferecer incentivos para encorajar as empresas a adotarem e integrarem o sistema nacional de pagamentos de retalho nas suas operações.

OBJETIVOS:

1. Atualizar o sistema de pagamentos de retalho P24 para suportar processamento em tempo real e uma gama mais ampla de transações no prazo de três anos.
2. Integrar o sistema de pagamento P24 com o sistema de switch indonésio no prazo de dois anos.
3. Alcançar um aumento de 75% na utilização do sistema de pagamentos de retalho P24 por parte das empresas no prazo de cinco anos.
4. Construir, no mínimo, dois centros de dados de última geração no prazo de dez anos.

Apoio à inovação em Fintech

Apoiar a inovação no sector das fintech é essencial para promover a inclusão financeira, melhorar a experiência dos clientes e dinamizar o tecido financeiro. O programa visa igualmente criar um ecossistema fintech próspero, promovendo a inovação e a colaboração e impulsionando o desenvolvimento de tecnologias financeiras de ponta que aumentem a inclusão financeira e o crescimento económico. Os elementos do programa de apoio à inovação em fintech incluirão:

- a). Alocação de financiamento inicial para soluções fintech promissoras que abordem desafios específicos de inclusão financeira ou melhorem o mercado de pagamentos.
- b). Consideração de programas de incentivos, como isenções fiscais e subsídios, para empresas fintech que demonstrem um impacto significativo no sector financeiro.
- c). Estabelecimento de parcerias entre empresas fintech e instituições académicas para fomentar a investigação e o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias financeiras.
- d). Serão criados centros de inovação no sector das fintech para reunir startups, instituições financeiras, investidores e reguladores, promovendo a colaboração e o networking. Serão organizados eventos como hackathons, workshops e conferências para promover o intercâmbio de conhecimentos e a inovação no sector das fintech.
- e). Desenvolvimento de estruturas regulatórias favoráveis à indústria de fintech, incluindo processos de licenciamento simplificados para acomodar novos modelos de negócio e tecnologias do sector. Serão

incentivadas parcerias público-privadas para aproveitar as forças de ambos os sectores no apoio à inovação fintech.

- f). Podem vir a ser disponibilizados recursos e financiamento para projetos colaborativos que visem abordar a inclusão financeira e reforçar o ecossistema de pagamentos digitais.

OBJETIVOS:

1. Alocar pelo menos 5 milhões de dólares para apoiar a inovação na indústria fintech nos próximos dez anos.
2. Revisão e desenvolvimento dos requisitos regulatórios e simplificação dos processos de licenciamento no prazo de três anos.
3. Organizar, pelo menos, dois eventos anuais relacionados com o sector fintech, incluindo hackathons, workshops e conferências.

Implementação do eCentavos

A implementação do eCentavos visa modernizar o sistema financeiro, aumentar a eficiência dos pagamentos e promover a inclusão financeira. Ao introduzir o eCentavos, a iniciativa visa disponibilizar centavos digitais inclusivos, seguros, eficientes e acessíveis a todos os cidadãos. Os passos planeados são:

- a) Será realizado um estudo de viabilidade abrangente e pesquisas sobre os potenciais benefícios, desafios e implicações da implementação do eCentavos. Esta fase incluirá contributos de diversas partes interessadas, analisará tecnologias existentes e avaliará os aspetos económicos, sociais e técnicos do eCentavos, bem como as lições aprendidas com outros bancos centrais.
- b) Realizar testes piloto em ambiente controlado, com monitorização e avaliação cuidadosos dos indicadores de desempenho-chave pré-definidos. Esta abordagem controlada garante que todos os aspectos do eCentavos são testados de forma abrangente.
- c) Será realizada uma implementação em larga escala do eCentavos. Isto envolverá uma estratégia de lançamento abrangente para garantir uma implementação suave do eCentavos.
- d) Coordenação com instituições financeiras, agências governamentais e outras partes interessadas, sendo tal essencial para alinhar esforços e apoiar a implementação.
- e) Realizar campanhas de sensibilização pública e disponibilizar recursos educativos para informar os cidadãos sobre o eCentavos, os seus benefícios e como o utilizar efetivamente.

OBJETIVOS:

1. Concluir o estudo de viabilidade, que inclui a revisão dos sistemas de pagamento digitais existentes e projetos de CBDC / MDBC em outros países, e os requisitos técnicos associados, no prazo de um ano.
2. Lançar testes piloto em, pelo menos, cinco municípios em 2026.
3. Alcançar a implementação em larga escala até 2028.

Fortalecer a cibersegurança

É fundamental fortalecer a cibersegurança para proteger a infraestrutura digital contra ameaças e garantir transações financeiras seguras.

A iniciativa centra-se no desenvolvimento de um quadro robusto de cibersegurança e no aumento da consciencialização e formação sobre as melhores práticas de cibersegurança, através das seguintes medidas:

- a) Desenvolvimento de um quadro de cibersegurança robusto, incluindo regulamentações e padrões para instituições financeiras e prestadores de serviços digitais.
- b) Introdução de quadros regulatórios para a proteção de dados financeiros, tendo em vista garantir a privacidade e a segurança das informações sensíveis.
- c) Estabelecimento de um centro nacional de operações de cibersegurança no sector financeiro para monitorizar e responder a ameaças cibernéticas em tempo real.
- d) A formação e a sensibilização em cibersegurança serão um componente fundamental desta iniciativa. Serão realizados programas regulares de formação em cibersegurança para os funcionários do sector financeiro e profissionais de TI, a fim de garantir que estejam equipados com os conhecimentos e competências mais recentes para se protegerem contra ameaças cibernéticas.
- e) Serão lançadas campanhas de consciencialização pública para educar os cidadãos sobre práticas seguras online e prevenção de fraudes, promovendo uma cultura de consciencialização e vigilância em cibersegurança.

OBJETIVOS:

1. Estabelecer um centro de operações de cibersegurança no prazo de cinco anos.
2. Realizar formação anual em cibersegurança para funcionários do sector financeiro e profissionais de TI.
3. Realizar campanhas anuais de sensibilização em cibersegurança.

Melhoria do acesso à banda larga e internet móvel

Melhorar o acesso à internet de banda larga e móvel é essencial para criar uma economia digital conectada e inclusiva. Este programa centra-se na expansão da cobertura de internet de alta velocidade, especialmente em áreas carenciadas e rurais, de modo a garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de internet seguros e acessíveis. Isso incluirá:

- a) Estabelecer parcerias com empresas de telecomunicações para expandir a cobertura de banda larga em áreas carenciadas e rurais, oferecendo vários incentivos e apoios.
- b) Apoiar o desenvolvimento da infraestrutura de internet móvel para garantir um acesso amplo às redes 4G e 5G. Poderão ser considerados subsídios para os custos de internet móvel para famílias de baixos rendimentos, a fim de promover a inclusão financeira digital.

OBJETIVOS:

1. Alcançar 100% de cobertura de banda larga em áreas rurais no prazo de cinco anos.
2. Garantir que 90% dos domicílios rurais tenham acesso a internet móvel no prazo de cinco anos.





PILAR ESTRATÉGICO 3:

Alargar o acesso aos serviços financeiros



Apoio a Microfinanças e MPME

O programa de apoio às microfinanças e às MPME visa aumentar a inclusão financeira, oferecendo serviços financeiros e apoio dirigidos aos cidadãos e às micro, pequenas e médias empresas (MPME). Este programa reconhece o papel crucial das MPME na promoção do crescimento económico, criação de emprego e combate à pobreza. Os seus elementos são os seguintes:

Expansão dos Programas de Microcrédito;

A expansão dos programas de microcrédito tem como objetivo oferecer crédito e preços acessíveis às MPME, especialmente às que operam em áreas rurais. Esta iniciativa ajudará os empreendedores a iniciar ou expandir os seus negócios, promovendo o desenvolvimento económico e a criação de postos de trabalho. O programa inclui:

- Promover parcerias entre OIRD, bancos e outros credores para ampliar a disponibilidade de microcréditos. Esta colaboração garantirá um apoio mais robusto e abrangente para as MPME.
- Desenvolver produtos de microcrédito com condições flexíveis e taxas de juro reduzidas, adaptados às necessidades das MPME. Estes produtos serão elaborados de modo a responder aos desafios financeiros específicos e às exigências das pequenas empresas.
- Simplificar os procedimentos de solicitação de empréstimos para facilitar o acesso das MPME ao financiamento. Ao trabalhar com credores para reduzir barreiras burocráticas, espera-se que mais empresas consigam os fundos de que necessitam.
- Implementar plataformas digitais para a solicitação de empréstimos, de modo a reduzir o tempo de processamento e melhorar a acessibilidade. Esta abordagem digital tornará o processo de solicitação mais eficiente e acessível, especialmente para empresas em áreas remotas ou sem acesso adequado a serviços.

TARGETS:

- Está prevista a alocação de cerca de 25 milhões de dólares para produtos de microcrédito nos próximos cinco anos.
- Garantir que pelo menos 40% dos microcréditos sejam concedidos a zonas rurais.
- Reduzir o tempo médio de processamento de empréstimos em 50% nos próximos três anos.

Programas de Orientação e Formação

Os programas de orientação e formação visam dotar as MPME de competências, conhecimentos e apoio necessários para crescer e ter sucesso. Esta iniciativa proporcionará aos empreendedores acesso a mentores experientes e recursos de formação, abordando diversos aspetos da gestão empresarial, educação financeira e competências técnicas. Esta iniciativa irá:

- a). Criar um programa de formação que abrangerá competências empresariais essenciais, gestão financeira, marketing e literacia digital. Estes módulos proporcionarão às MPME o conhecimento fundamental necessário para gerir e expandir os seus negócios de forma eficaz.
- b). Realizar parcerias com instituições educacionais, especialistas da indústria e sociedade civil para oferecer programas de formação de alta qualidade.
- c). Organizar workshops e seminários sobre diversos tópicos empresariais para fornecer às MPME conhecimentos e competências práticas. Estes eventos proporcionarão oportunidades de aprendizagem prática e fomentarão a criação de uma rede de contactos entre os participantes.

OBJETIVOS:

1. Desenvolver e lançar módulos de formação no prazo de três anos.
2. Formar 1000 proprietários e funcionários de MPME no prazo de cinco anos.
3. Realizar 100 workshops e seminários anualmente.
4. Alcançar 2000 participantes de MPME através de workshops e seminários no prazo de cinco anos.

Produtos financeiros inovadores para o empoderamento rural

Este programa visa desenvolver e promover produtos financeiros inovadores adaptados às necessidades das populações com dificuldade de acesso aos serviços financeiros em áreas rurais. Estes produtos melhorarão a inclusão financeira, proporcionarão oportunidades económicas e fortalecerão as comunidades rurais ao disponibilizar serviços financeiros acessíveis e relevantes, incluindo seguros.

Ao implementar estes produtos e serviços financeiros inovadores, o programa procurará capacitar as comunidades rurais, aumentar a inclusão financeira e apoiar o crescimento económico nas zonas menos atendidas. Especificamente, o apoio incluirá:

- a). A implementação de plataformas de mobile banking e pagamentos digitais tendo em vista facilitar o acesso aos serviços financeiros, permitindo às populações rurais realizar transações, poupar dinheiro e receber pagamentos de forma segura e eficiente.
- b). Desenvolver produtos de micro-seguro para proteger as populações rurais contra riscos como problemas de saúde, falhas nas colheitas e desastres naturais, entre outros. Estes produtos oferecerão prémios acessíveis e processos de sinistralidade simplificados para garantir a sua acessibilidade.
- c). Introduzir contas de poupança com requisitos de saldo mínimo baixo e produtos de investimento que atendam aos objetivos financeiros das comunidades rurais, incentivando a poupança e o planeamento financeiro.

OBJETIVOS:

1. Implementar soluções bancárias móveis e de pagamentos digitais no prazo de dois anos.
2. Desenhar e introduzir produtos de micro-seguro no prazo de três anos.
3. Lançar produtos de poupança e investimento no prazo de três anos.

Programas de Literacia Financeira

O Banco Central implementará um programa abrangente de literacia financeira para melhorar a literacia financeira geral e apoiar a adoção de serviços financeiros modernos. Este programa será dirigido a indivíduos e empresas, abordando ferramentas e serviços financeiros, como orçamento, poupança, investimento, gestão de crédito e finanças digitais. Um componente essencial será a literacia financeira digital, que incluirá serviços bancários online, pagamentos móveis, cibersegurança e gestão financeira digital. O programa será acessível a vários segmentos da população, incluindo crianças, jovens, comunidades rurais e proprietários de pequenas empresas.

Este programa basear-se-á nas atuais iniciativas dirigidas a crianças do ensino básico e a pequenas empresas, e incluirá os seguintes elementos:

Implementação de programas escolares e universitários.

A integração da literacia financeira digital no sistema educativo é essencial para preparar os estudantes para gerirem as suas finanças no mundo digital. Este programa visa dotar estudantes de todos os níveis de ensino das competências necessárias para navegar pelo cenário financeiro digital,

promovendo uma geração financeiramente instruída e capaz de utilizar as ferramentas digitais para participar economicamente e crescer. O programa irá:

- a). Desenvolver um currículo de literacia financeira digital em colaboração com especialistas em educação, professores e tecnólogos financeiros, abordando tópicos essenciais como serviços bancários online, pagamentos digitais, aplicações de orçamento e cibersegurança.
- b). Oferecer recursos e apoio aos professores para auxiliá-los na integração da literacia financeira digital nos seus planos curriculares, incluindo materiais de formação, guias de aula e acesso a ferramentas de tecnologia financeira.
- c). Desenvolver, para oferta nas universidades, cursos especializados de literacia financeira digital para estudantes universitários sobre temas como investimentos digitais e tecnologia financeira, garantindo que os estudantes recebam um conhecimento aprofundado e relevante sobre o sector financeiro digital.
- d). Organizar palestras e workshops em universidades, conduzidos por especialistas do sector, para proporcionar aos estudantes conhecimentos práticos e experiência direta em literacia financeira digital.

OBJETIVOS:

1. No âmbito do programa de literacia financeira existente, atualizar e introduzir a literacia financeira digital no currículo educacional, para todos os níveis escolares, no prazo de cinco anos.
2. Formação anual de 200 professores em literacia financeira.
3. Inscrever 1000 estudantes em programas de literacia financeira digital anualmente.

Realizar workshops comunitários

Os workshops comunitários têm como objetivo proporcionar formação em literacia financeira digital às comunidades locais, de modo a tornar esta acessível a indivíduos que podem não ter tido a oportunidade de receber educação formal sobre competências financeiras digitais. Estes workshops serão adaptados às necessidades específicas de diferentes grupos comunitários e realizar-se-ão em locais convenientes. Incluirão:

- a) a) Organização de workshops regulares de literacia financeira digital em centros comunitários, como sede de Suco ou Aldeia e outros locais acessíveis. O conteúdo dos workshops será adaptado para atender às necessidades e interesses específicos de diferentes grupos, como idosos, famílias de baixa rendimento e residentes em áreas rurais.

- b) Parcerias com empregadores para desenvolver programas de literacia financeira digital no local de trabalho.
- c) Programas de formação de formadores, que serão desenvolvidos recrutando voluntários locais, professores e líderes comunitários para se tornarem formadores em literacia financeira digital.

OBJETIVOS:

1. Realizar 50 workshops comunitários anualmente, alcançando pelo menos 500 participantes em várias comunidades.
2. Formar anualmente 100 formadores locais.
3. Desenvolver e distribuir kits de recursos de formação no prazo de cinco anos.
4. Estabelecer uma plataforma online para colaboração e apoio aos formadores no prazo de três anos.

Campanhas de sensibilização

A campanha nacional visa aumentar a consciencialização sobre a importância da literacia financeira digital e fornecer informações práticas sobre como utilizar ferramentas financeiras digitais de forma segura e eficaz. A campanha recorrerá a diversos canais de comunicação social para alcançar um público vasto e garantir que todos os segmentos da sociedade fiquem informados sobre as vantagens e oportunidades da literacia financeira digital. A campanha irá:

- a). Criar conteúdo envolvente e informativo sobre literacia financeira digital, por meio de vídeos, infográficos, artigos e publicações nas redes sociais. O conteúdo será adaptado para atender às necessidades e desafios específicos de diferentes grupos demográficos, como crianças, adolescentes, adultos e idosos.
- b). Estabelecer parcerias com meios de comunicação nacionais e locais para veicular mensagens de literacia financeira digital por meio de televisão, rádio, jornais e plataformas online.

Implementar um mecanismo para avaliar a eficácia da campanha.

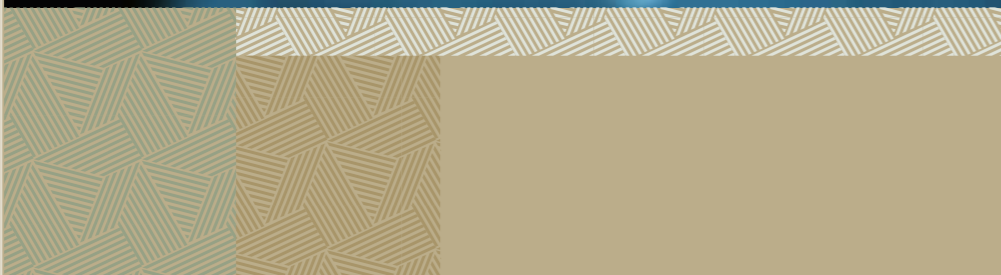
OBJETIVOS:

1. Alcançar 50000 pessoas através de vários canais de comunicação social no prazo de cinco anos.
2. Realizar pesquisas anuais e grupos focais com, pelo menos, 1000 participantes.



PILAR ESTRATÉGICO 4:

Modernização do Sector Financeiro



Modernização do quadro legal para o sector financeiro

Revisão da legislação bancária existente

O Banco Central pretende atualizar a Lei Bancária existente para a alinhar com o estado atual de desenvolvimento do sector financeiro. Esta iniciativa tem como objetivo criar um regime regulatório abrangente aplicável a todas as instituições financeiras sob a jurisdição do Banco Central. No que se refere aos bancos, a nova Lei Bancária seguirá rigorosamente os recentes padrões de Basileia, garantindo que a estrutura regulatória esteja em conformidade com os padrões internacionais e as melhores práticas. O processo envolverá a finalização da revisão do projeto da Lei Bancária iniciada em 2017, a realização de consultas públicas e, posteriormente, a apresentação da lei revista ao Parlamento para aprovação final. Isso incluirá:

- Conclusão da revisão do projeto da Lei Bancária, iniciada em 2017. Isso envolve rever o projeto criado em 2017, incorporando desenvolvimentos recentes, padrões de Basileia e melhores práticas no sector financeiro, e garantir que o projeto reflita as necessidades e os objetivos futuros da indústria bancária em Timor-Leste.
- Realizar sessões de consulta pública para recolher o feedback dos interessados. O BCTL colaborará com instituições financeiras, especialistas da indústria, profissionais jurídicos e o público para recolher opiniões sobre as alterações propostas à Lei Bancária.
- Submeter o projeto finalizado da Lei Bancária ao Parlamento para aprovação. Esta etapa inclui a preparação da documentação necessária e a defesa da aprovação da lei, de modo a garantir a sua promulgação atempadamente.

OBJETIVOS:

- Finalizar o projeto de revisão da Lei Bancária no prazo de seis meses.
- Realizar sessões de consulta pública e incorporar o feedback num prazo de até seis meses.
- Apresentar o projeto finalizado de Lei Bancária ao Parlamento para aprovação no prazo de um ano.

Proteção dos consumidores financeiros

O programa de proteção dos consumidores financeiros tem como objetivo estabelecer um quadro robusto que salvguarde os seus direitos e interesses fundamentais no sector financeiro de Timor-Leste, quando utilizam produtos e serviços financeiros. À medida que o cenário financeiro continua

a evoluir, há uma necessidade crescente de garantir que os consumidores estejam adequadamente protegidos contra práticas desleais, tenham acesso a informações transparentes e possam interagir com confiança em produtos e serviços financeiros. Este programa concentrar-se-á na finalização e implementação da Lei de Proteção ao Consumidor, que estabelecerá os direitos do consumidor em transações financeiras. Além disso, regulamentações específicas introduzidas pelo BCTL detalharão a aplicação da lei, garantindo que as instituições financeiras cumpram elevados padrões de proteção do consumidor. Isso incluirá:

- a). Rever e finalizar o projeto de Lei de Proteção do Consumidor Financeiro, assegurando o seu alinhamento com as melhores práticas internacionais e com as necessidades específicas do sector financeiro de Timor-Leste.
- b). Desenvolver e introduzir um regulamento do BCTL que forneça diretrizes e procedimentos detalhados para a implementação da Lei de Proteção do Consumidor Financeiro pelas instituições financeiras.
- c). Lançar campanhas de sensibilização a nível nacional para informar os consumidores sobre os seus direitos e as proteções oferecidas pela lei e regulamentos.
- d). Atualizar o atual mecanismo existente no BCTL para que os consumidores possam apresentar queixas e obter reparação em caso de práticas desleais ou litígios com os prestadores de serviços financeiros.

OBJETIVOS:

1. Finalização da Lei de Proteção dos Consumidores Financeiros no prazo de dois anos.
2. Introduzir o regulamento do BCTL que especifica a aplicação da legislação relativa à proteção dos consumidores financeiros no prazo de dois anos.
3. Atualizar o atual mecanismo de queixas dos consumidores no âmbito do BCTL para que esteja plenamente operacional no prazo de três anos.



Implementação do quadro de Basileia

Em 2022, o Banco Central obrigou todos os bancos, incluindo as Outras Instituições Recetoras de Depósitos (OIRD), a adotar os requisitos de Basileia III, que abrangem a adequação do capital e da liquidez e estabelecem requisitos mínimos para estes. Além disso, o BCTL obrigou à adoção integral da IFRS 9, tendo sido também introduzido um novo plano de contas.

Para ajudar os bancos a implementar corretamente estes requisitos, o BCTL assegurará o cumprimento dos requisitos legais de informação e realizará exames específicos no local. Ao seguir estes passos, o BCTL irá facilitar uma transição suave para os bancos e OIRD para o quadro de Basileia III e para os padrões IFRS 9, melhorando em última instância a estabilidade e a resiliência do sistema financeiro de Timor-Leste.

Especificamente, o BCTL irá:

- a). Desenvolver e divulgar orientações para que os bancos possam alinhar os seus relatórios estatutários com os requisitos de Basileia III e IFRS 9 e garantir o cumprimento dos requisitos estatutários. Serão organizadas sessões de formação para ajudar os bancos a compreender e a cumprir estas orientações.
- b). Realização de inspeções específicas no local para avaliar o cumprimento das instruções pelos bancos. Estas focar-se-ão na verificação da exatidão dos relatórios estatutários e da adequação das práticas de gestão da liquidez e do capital.
- c). Acompanhar e rever o processo de implementação, estabelecendo um sistema de monitorização para analisar regularmente os progressos da implementação de Basileia III e da IFRS 9 em todos os bancos. As conclusões destas análises serão utilizadas para efetuar os ajustamentos necessários e prestar apoio adicional sempre que necessário.

OBJETIVOS:

1. Assegurar que todos os bancos alinhem os seus relatórios estatutários pelos requisitos de Basileia III e IFRS 9 no prazo de um ano.
2. Efetuar exames iniciais específicos no local no prazo de um ano.
3. Introduzir ferramentas de controlo automatizadas no prazo de três anos.



Conduzir uma avaliação nacional do risco de BC e FT

Uma avaliação nacional do risco de Branqueamento de Capitais (BC) e de Financiamento do Terrorismo (FT) envolve a avaliação das vulnerabilidades e ameaças inerentes ao sistema financeiro de Timor-Leste, provenientes de atividades ilícitas como o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

O objetivo de uma avaliação é identificar, avaliar e compreender os riscos associados a estas atividades, bem como desenvolver estratégias e medidas eficazes para os mitigar. O BCTL irá:

- a) Contratar um perito independente no domínio do BC/FT para efetuar a avaliação do risco. Esta etapa implica a seleção e contratação de um perito com vasta experiência e conhecimentos em matéria de avaliação do risco de BC/FT para garantir uma avaliação exaustiva e exata das vulnerabilidades e ameaças ao sistema financeiro do país.
- b) Conduzir um programa de sensibilização exaustivo para recolher os contributos das principais partes interessadas. Isto incluirá o envolvimento de instituições financeiras, agências de aplicação da lei e outras relevantes através de sessões de trabalho, seminários e inquéritos, a fim de recolher conhecimentos e informações valiosos sobre o estado atual dos riscos de BC/FT no sistema financeiro.
- c) Desenvolver um plano estratégico para aplicar as conclusões da avaliação dos riscos. Este plano estratégico definirá ações específicas, calendários e responsabilidades para fazer face aos riscos identificados.
- d) Atualizar as instruções existentes com base nas conclusões da avaliação de risco e nos resultados da avaliação mútua pelo GAP/APG. As instruções atuais serão analisadas e revistas, se for caso disso, para fazer face aos riscos e vulnerabilidades identificados e garantir a conformidade com as normas internacionais e as melhores práticas. Serão implementadas as alterações políticas necessárias para reforçar o quadro geral de combate às atividades de BC/FT.

OBJETIVOS:

1. Contratar um perito independente em matéria de BC/FT no prazo de um ano.
2. Concluir a avaliação nacional do risco de BC/FT e desenvolver o plano estratégico para aplicar as conclusões no prazo de dois anos.
3. Realizar programas de sensibilização e recolher os contributos das partes interessadas para a revisão das instruções e regulamentos relevantes no prazo de nove meses.
4. Rever e atualizar as instruções existentes e implementar as alterações necessárias no prazo de 18 meses.

Desenvolvimento do mercado financeiro

Implementação da emissão de certificados do Banco Central

O Banco Central adotou políticas em 2021 para emitir em Timor-Leste um Certificado do Banco Central. Esta iniciativa servirá como uma ferramenta para gerir a liquidez no sistema financeiro, lançando assim as bases para promover o desenvolvimento do mercado financeiro em Timor-Leste. O BCTL no âmbito do Plano Estratégico para 2025-2035 irá:

- a). Desenvolver e aprovar as diretrizes operacionais e o sistema, incluindo o quadro de aplicação. Isto envolve a criação de diretrizes operacionais detalhadas que descrevem os processos e procedimentos para a negociação dos Certificados do Banco Central. O quadro de aplicação do sistema incluirá o desenvolvimento do software e da infraestrutura tecnológica necessários para apoiar o bom funcionamento e o controlo destes certificados.
- (b). Realizar sessões de sensibilização para informar as instituições financeiras sobre o novo instrumento. Esta ação de sensibilização assegurará que todos os intervenientes relevantes estejam bem informados e preparados para participar no novo sistema.

OBJETIVOS:

1. Concluir o desenvolvimento do quadro operacional, incluindo o desenvolvimento do sistema, no prazo de dezoito meses.
2. Emitir o primeiro lote de certificados no prazo de dois anos.

Apoio à emissão de obrigações governamentais

Em 2017, o Governo incluiu no seu plano quinquenal a intenção de emitir títulos, no âmbito da sua estratégia mais abrangente para desenvolver e fortalecer o mercado financeiro em Timor-Leste. Desde então, têm sido realizados trabalhos preliminares para lançar as bases desta iniciativa. Espera-se que a emissão de títulos do Governo proporcione oportunidades de investimento seguras para os investidores, ajude a gerir a dívida pública e financie programas de desenvolvimento. Adicionalmente, estes títulos servirão de referência para a avaliação de instrumentos financeiros, melhorando a estabilidade e o crescimento do sistema financeiro.

As etapas específicas serão as seguintes:

- a) Desenvolver e aprovar um quadro jurídico e regulamentar para a emissão de obrigações do Estado. Tal implica a elaboração e a adoção de legislação e regulamentos abrangentes que regulamentem a emissão, a negociação e o resgate de obrigações do Estado. O quadro garantirá a transparência, a proteção dos investidores e o cumprimento das normas internacionais.
- b) Criar uma infraestrutura operacional e técnica para a emissão e gestão de obrigações. Tal inclui a criação de sistemas sólidos para a emissão, negociação e liquidação de obrigações do Estado, bem

como o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica necessária para apoiar estas atividades. Além disso, envolve a formação de pessoal para gerir eficazmente o processo de emissão de obrigações. Estes sistemas garantirão o bom funcionamento e a fiabilidade do mercado obrigacionista.

- c) Serão realizadas atividades de divulgação e sessões educativas para informar potenciais investidores sobre as obrigações do Estado. Estas sessões terão como objetivo informar investidores institucionais e de retalho sobre os benefícios, riscos e funcionamento do investimento em títulos do governo. A divulgação ajudará a construir a confiança dos investidores e a promover uma participação ampla. Além disso, será destacado o modo como os títulos estão vinculados às iniciativas de desenvolvimento delineadas no Plano Estratégico do Governo.

OBJETIVOS:

1. Concluir a elaboração e a aprovação do quadro jurídico e regulamentar no prazo de três anos.
2. Criar as infraestruturas operacionais e técnicas num prazo de três anos.
3. Emitir a primeira série de obrigações do Estado no prazo de três anos.

Reforço das capacidades operacionais do BCTL

O Banco Central tem como objetivo modernizar as suas capacidades de gestão de reservas e de investimentos para melhorar os serviços de carteira, a estabilidade financeira e a eficiência do mercado. Esta iniciativa envolverá a automatização da negociação, do registo de títulos e dos serviços de custódia, bem como o aumento da capacidade, melhorando assim a eficiência operacional e a transparência. Além disso, o BCTL planeia oferecer às instituições financeiras uma gama diversificada de instrumentos de investimento, tais como depósitos a prazo, contribuindo para um mercado financeiro mais dinâmico e resistente. Isto incluirá:

- a) a) Desenvolvimento e implementação de sistemas automatizados para negociação, registo de títulos e serviços de custódia. Tal implica a seleção e a implementação de soluções tecnológicas avançadas para automatizar as operações de negociação, manter registos precisos dos títulos e simplificar os serviços de custódia. A automatização reduzirá os processos manuais, aumentará a precisão e melhorará a eficiência global da gestão de reservas.

- b) Diversificação da gama de instrumentos de investimento oferecidos a instituições financeiras e outras entidades em Timor-Leste. O BCTL introduzirá uma variedade de opções de investimento, incluindo depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros, para proporcionar às instituições financeiras e demais entidades mais oportunidades de gerir os seus portfólios de forma eficaz. Esta diversificação ajudará as instituições a otimizar os seus retornos e a gerir melhor os riscos.
- c) Implementação de programas de formação abrangentes para capacitar os funcionários do BCTL com as habilidades necessárias em gestão de reservas e de portfólios. Além disso, o BCTL oferecerá workshops e seminários para ajudar as instituições financeiras a compreenderem e a aproveitarem eficazmente as novas oportunidades de investimento.

OBJETIVOS:

1. Completar o desenvolvimento e a implementação de sistemas de automação no prazo de três anos.
2. Introduzir e oferecer ao mercado financeiro de Timor-Leste uma gama diversificada de instrumentos de investimento.
3. Conduzir programas contínuos de formação e capacitação para os funcionários do BCTL e instituições financeiras.

Criação de mercados de capitais

A criação de mercados de capitais robustos envolve a criação de um enquadramento legal e regulamentar sólido, o desenvolvimento de infraestruturas essenciais, como uma bolsa de valores e sistemas de liquidação, e a garantia de que as instituições financeiras e os formadores de mercado forneçam liquidez. A estabilidade macroeconómica, elevados padrões de governação empresarial e tecnologia avançada também são cruciais. Políticas fiscais favoráveis, um sistema legal eficiente e a educação pública sobre os mercados de capitais promovem uma maior participação.



Este Plano Estratégico inclui as etapas preliminares essenciais para estabelecer um mercado de capitais. No final do plano, o objetivo é garantir que estejam em vigor as condições mínimas para uma consideração e decisão adicionais. Os passos preliminares são:

- a). Realizar um estudo de viabilidade abrangente envolvendo especialistas independentes no prazo de três anos.
- b). Estabelecer um grupo de trabalho composto por representantes das principais partes interessadas, como agências governamentais, instituições financeiras e partes interessadas chave.

OBJETIVOS:

1. Estabelecer o Grupo de Trabalho no prazo de um ano.
2. Concluir o relatório completo do estudo de viabilidade no prazo de três anos.



Do plano à realidade: Estruturar a Estratégia de Implementação

Em qualquer exercício de planejamento estratégico, a formulação do plano é uma primeira etapa do processo, enquanto a implementação é a tarefa maior e mais longa. Este capítulo apresenta a abordagem proposta para a implementação deste Plano Estratégico.



DO PLANO À REALIDADE:

ESTRUTURAR A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO 80

Coordenação da Implementação 82

Priorização e Monitoramento da Implementação 83

Desenvolvimento de Capacidade e Habilidade 83

REFERÊNCIAS 85

ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS 85

Lista de Instituições Financeiras Licenciadas pelo BCTL 86



Coordenação da Implementação

Existem muitas interdependências no desenvolvimento do sector financeiro e muitos elementos deste Plano Estratégico vão para além das finanças, definidas de forma restrita.

Os componentes-chave do Plano Estratégico para a próxima década concentram-se na “infraestrutura”, principalmente “suave” em vez de “dura” (física), que precisa de estar em vigor para que o sector financeiro de Timor-Leste avance para o “próximo nível” e, assim, desempenhe um papel maior como facilitador do desenvolvimento económico geral de Timor-Leste. Essa infraestrutura inclui os sistemas de telefonia e internet sobre os quais as finanças modernas são realizadas, o quadro legal, os códigos de conduta e o equipamento administrativo que apoia a troca financeira — como empréstimos e financiamentos, poupança e investimento —, assim como os sistemas de educação e formação que dotam as pessoas de conhecimentos e competências necessários para navegar nas finanças modernas.

Por conseguinte, uma ampla gama de partes deve participar no processo de desenvolvimento do sector financeiro. Isso inclui instituições financeiras, utilizadores de serviços financeiros, empresas de tecnologia financeira e de TI, o sector da educação e formação, grupos empresariais, entidades relevantes da sociedade civil e prestadores de serviços técnicos e profissionais, como prestadores de serviços de contabilidade, escrituração e serviços jurídicos. Uma gama igualmente ampla de agências governamentais e políticas também está envolvida. Entre elas, destacam-se o BCTL, o Ministério da Justiça, o Ministério das Finanças, o Ministério da Educação e o Ministério dos Transportes e Comunicações. Além disso, vários parceiros de desenvolvimento estão a contribuir de várias maneiras para o desenvolvimento do sector financeiro em Timor-Leste.

Isso torna evidente que a coordenação do desenvolvimento e da aplicação de políticas será vital para se alcançar o melhor progresso possível. Sem essa coordenação, é provável que, enquanto alguns elementos de progresso sejam implementados, outros fiquem para trás, limitando a taxa geral de progresso pelas áreas mais lentas.

Propõe-se, portanto, que o BCTL, para além das suas funções habituais de regulamentar e supervisionar instituições financeiras, distribuir moeda e operar o sistema de pagamentos, assuma o papel de coordenar a implementação do Plano Estratégico na sua globalidade. Neste papel de coordenação, o BCTL irá relacionar-se e colaborar com as outras agências governamentais, o sector financeiro e parceiros de desenvolvimento

e outras partes interessadas relativamente às suas contribuições para o desenvolvimento do sector financeiro em Timor-Leste. Esta função de coordenação do BCTL ocorrerá no âmbito das disposições governamentais existentes relativamente ao Conselho de Ministros, sem que sejam necessárias quaisquer alterações a estas disposições. Não afetará a independência do BCTL relativamente às suas funções e deveres previstos na Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste.

Para auxiliar na coordenação, propõe-se que o BCTL estabeleça um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (GTDSF), presidido pelo Governador do BCTL. O principal papel do GTDSF seria reunir periodicamente para rever o progresso do Plano Estratégico e considerar as tarefas para o próximo ano ou dois. O GTDSF poderia incluir um núcleo central de membros, composto pelo BCTL (presidência), pelos ministérios nas áreas relevantes cobertas por este Plano Estratégico e por instituições financeiras, com a participação de outras agências conforme necessário. O BCTL criaria uma pequena equipa (secretariado) para apoiar o trabalho do GTDSF.

Priorização e monitoramento da implementação

O Plano Estratégico 2025-2035 inclui um programa de trabalho muito substancial.

Além do papel de coordenação mencionado acima, o GTDSF monitorizará o progresso em relação às prioridades e objetivos estabelecidos e revisará e ajustará o programa conforme apropriado (uma vez que as circunstâncias invariavelmente mudam à medida que uma década se desenrola). Prevê-se que, em cada uma das suas reuniões regulares, um item permanente será a revisão de um “relatório de progresso” atualizado, nos moldes do formato abaixo (a ser atualizado pelo secretariado do GTDSF antes de cada reunião).

Desenvolvimento de capacidades e competências

Para que a implementação seja eficaz, é necessário um nível adequado de capacidades e competências.

Timor-Leste, sendo um país jovem, está a construir essa capacidade, que pode ser fortalecida de várias maneiras. Isso inclui:

- Aproveitar fontes internacionais de desenvolvimento de capacidades, como o Instituto de Formação de Singapura do FMI e o Centro de Formação Técnica Financeira do Pacífico (localizado nas Fiji), apoio disponível por meio da rede de bancos centrais regionais (incluindo a ASEAN), bem

como das habilidades e experiências incorporadas em investimentos estrangeiros em Timor-Leste, em particular no sector financeiro e nas empresas de fintech.

- Formação ministrada por instituições de ensino locais, como a Universidade Nacional Lorosa'e (UNTL), o Instituto de Tecnologia de Díli e outros fornecedores de formação profissional e técnica/vocacional em Timor-Leste.
- Sempre que necessário, recorrer a especialistas externos. No entanto, isso será feito com o objetivo de garantir que, sob esses arranjos, também haja transferência de capacidade para os homólogos de Timor-Leste.

Também é possível contribuir para o desenvolvimento de competências por parte de entidades e profissionais do sector financeiro. As organizações representativas, como associações de bancos, ordens ou associações profissionais de advogados e de contabilistas, desempenham um papel importante e ativo na educação, formação e desenvolvimento profissional nos seus respetivos sectores. Uma das características de um corpo profissional é a sua contribuição ativa para o desenvolvimento da profissão.



Referências

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADB	Asian Development Bank BAD – Banco Asiático de Desenvolvimento
ANZ	Australia and New Zealand Banking Group
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations Associação das Nações do Sudeste Asiático
BCTL	Banco Central de Timor-Leste
BNCTL	Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BRI	Bank Rakyat Indonesia
CBDC	Central Bank Digital Currency MDBC Moeda Digital de Banco Central
FDI	Foreign Direct Investment / IDE Investimento Direto Estrangeiro
FinTech	Financial Technology / Tecnologia Financeira
GDP	Gross Domestic Product / PIB Produto Interno Bruto
GPN	Gerbang Pembayaran Nasional
IFC	International Finance Corporation CFI Corporação Financeira Internacional
IFRS	International Financial Reporting Standards NIRL Normas Internacionais de Relato Financeiro
IMF	International Monetary Fund / FMI Fundo Monetário Internacional
ODTI	Other Deposits-Taking Institution OIRD Outras Instituições Recetoras de Depósitos
ML/TF	Money Laundering/Terrorist Financing BC/FT Branqueamento de Capitais / Financiamento do Terrorismo
MoU	Memorandum of Understanding MdE Memorando de Entendimento
MSME	Micro, Small, and Medium Enterprise MPME Micro, Pequenas e Médias Empresas
PPP	Public-Private Partnership / Parceria Público-Privada
R-TIMOR	Rede Transferência iha Momentu Reál

LISTA DE INSTITUIÇÕES LICENCIADAS PELO BCTL

Bancos Comerciais

BNU Timor-Grupo Caixa Geral de Depositos (branch of Caixa Geral de Depositos, Portugal)
Australia and New Zealand Bank (ANZ) Banking Group, Timor-Leste Branch
Banco Nacional de Comercio de Timor-Leste (BBCTL)
PT. Bank Mandiri(Persero) TBK. Dili – Timor-Leste Branch
PT. Bank Rakyat Indonesid (Perrsero), TBK, Timor-Leste Branch
Other Deposit-taking Institutions
Kaebauk Investiment no Finansas (KIF)
Servisu Finanseiru Moris Rasik, SA

Companhias Seguradoras

Sinarmas Insuranc, SA (SMI)
Federal Insurance Timor, S.A (FIT)
Sinar MAS Life Insurance, S.A. (SMLI)

Empresas de Tecnologia Financeira / Fintech

Telemor Fintech, LDA
Tellin Digital Solution, LDA

Operators Prestadores de Serviços de Transferência de Fundos

Sahabat Loro Sa'e, Unipessoal, LDA "Money Transfer"
Island Dream Money, LDA "Money Transfer"
Sister Motor II Unipessoal, LDA "Money Transfer Operator"
Boa Ventura Unipessoal, LDA "Money Transfer Operator" Baratu Group
"Money Transfer Operator"
listana Group "Money Transfer Operator"
Foho Osan Mean Group "Money Transfer"
Pacific Holdings, Unipessoal, LDA "Money Transfer"
Alexander Money Transfer, Unipessoal, LDA

Casa de Câmbio

Global Ex, CEB
Sahabat Loro Sa'e Unipessoal, LDA
Island Dream Money, LDA "Currency Exchnage Burreaux"
VFinancial Money Exchange, Unipessoal, LDA



Banco Central de Timor-Leste
Avenida Xavier do Amaral N°. 09
No. 09 P.O Box 59
Posto Administrativo Nain Feto
Suco Gricenfor, Aldeia Formosa
Dili, Timor-Leste
T: +670 331371 2/4/5/6
F: +670 331 371 3/6/7
info@bancocentral.tl
www.bancocentral.tl